



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS CHAPECÓ

CURSO DE GEOGRAFIA

JOEL DOS SANTOS PEREIRA

**IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DA UHE ITÁ: MEMÓRIAS DE INCERTEZAS E MEDO
(DÉCADAS DE 1970 A 1990)**

**CHAPECÓ
2018**

JOEL DOS SANTOS PEREIRA

**IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DA UHE ITÁ: MEMÓRIAS DE INCERTEZAS E MEDO
(DÉCADAS DE 1970 A 1990)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Brandt

CHAPECÓ
2018

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Pereira, Joel dos Santos
Implantação e Operação da UHE ITÁ: memórias de
incertezas e medo (décadas de 1970 a 1990) / Joel dos
Santos Pereira. -- 2018.
75 f.:il.

Orientador: Marlon Brandt.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Geografia-Licenciatura, Chapecó, SC ; 2018.

1. Paisagem. 2. Alterações sócio-espaciais. I.
Brandt, Marlon, orient. II. Universidade Federal da
Fronteira Sul. III. Título.

JOEL DOS SANTOS PEREIRA

IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DA UHE ITÁ: MEMÓRIAS DE INCERTEZAS E MEDO (DÉCADAS DE 1970 A 1990)

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

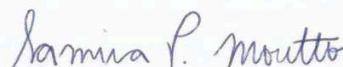
Orientador: Prof. Dr. Marlon Brandt

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 01/11/2018

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marlon Brandt – UFFS



Prof.ª Dr.ª Samira Peruchi Moretto – UFFS



Prof. Dr. Ricardo Alberto Scherma - UFFS

AGRADECIMENTOS

A Deus – este Ser Transcendente e Imanente, em quem reconheço minha completa finitude. À Minha família, que ousou suportar minhas constantes ausências – com quem desejo compartilhar este momento. Ao meu mentor intelectual, Prof. Dr. Marlon Brandt, que acompanhou a desafiadora jornada na elaboração desta Monografia. Sem esta inestimável contribuição, toda esta tarefa teria sido extremamente árdua, difícil, mas que, por fim, transformou-se em meu grande entusiasmo e esmero.

Agradeço à Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Itá-SC, que prontamente atendeu solicitações de imagens cujos direitos cedidos estavam sob seu domínio. À Casa de Cultura de Itá-SC, que disponibilizou seu espaço para a realização de entrevistas de antigos moradores por este órgão indicados. Às pessoas que contribuíram com seus depoimentos espontâneos, auxiliando decisivamente para que se tornasse possível a compreensão de situações/fenômenos remotos num tempo por muitos já relegado ao esquecimento. À Biblioteca Pública Municipal de Chapecó - Neiva Maria Andreatta Costella, que ofereceu precioso material jornalístico relacionado ao objeto de pesquisa desta Monografia.

Em tempo, torna-se necessário estender estes agradecimentos a todos os meus professores, mestres por excelência. Mestres e Doutores sob o brilhantismo dos quais consegui olhar, conceber e compreender condições diversas e contraditórias, das realidades geográficas. Pessoas a quem, a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus de Chapecó, deve sua grandeza e qualidade em formar graduados num dos mais altos níveis de qualificação acadêmica – Instituição de Ensino Superior valiosíssima para o desenvolvimento do saber científico. A todos e todas, meus sinceros agradecimentos, hoje e sempre!

Ver-nos como os outros nos vêem pode ser bastante esclarecedor. Acreditar que outros possuem a mesma natureza que possuímos é o mínimo que se espera de uma pessoa decente. A largueza de espírito, no entanto, sem a qual a objetividade nada mais é que autocongratulação, e a tolerância apenas hipocrisia, surge através de uma conquista muito mais difícil: a de nos vermos, entre outros, como apenas mais um exemplo da forma que a vida humana adotou em um determinado lugar, um caso entre casos, um mundo entre mundos.

GEERTZ, 2012, p.22

RESUMO

A presente proposta de trabalho acadêmico, que possui como tema Implantação e operação da UHE ITÁ: memórias de incertezas e medo (décadas de 1970 a 1990), procura eleger os aspectos da existência humana como prioritários, em especial, aqueles que representam as contradições a que são submetidos os sujeitos sociais, individualmente ou coletivamente, no processo de produção do espaço. Portanto, sob a proposta de um estudo centrado em um recorte espaço-temporal específico, analisa-se como essas contradições se materializam em forma de medo, incertezas, que passam a compor memórias individuais e coletivas. Para esta finalidade utilizou-se de diversas fontes de pesquisa tais como leitura em jornais da época, bem como entrevistas de antigos moradores da cidade de Itá - SC. Compreender o modo como os moradores da cidade supracitada perceberam e reagiram às transformações iminentes por ocorrer, decorrentes desse grande empreendimento hidrelétrico é o objetivo central desse trabalho. Na conclusão dessa análise se reafirma como o poder do capital interfere no cotidiano das coletividades propondo e por vezes impondo novos arranjos sócio-espaciais. Arranjos estes que, por fim, alteram de forma muitas vezes irreversível, o modo de vida das pessoas, restando a estes sujeitos apenas registros em memória de lugares e práticas excluídos, estigmatizados ou adaptados nos relatos oficiais.

Palavras-chave: Paisagem do medo; Paisagem; Memória; Alterações sócio-espaciais; Usina Hidrelétrica de Itá.

ABSTRACT

The present academic work "Implementation and operation of the *UHE ITÁ*: memories of uncertainty and fear (decades of 1970 to 1990)", seeks to elect the aspects of human existence as priority in particular, those that represent the contradictions to which social subjects, individually or collectively, are subjected in the process of production of space. Therefore, from a study focused on a specific space-time frame, it is analyzed how these contradictions materialize in the form of fear, uncertainties, that begin to compose individual and collective memories. For this purpose we used several sources of research such as reading in newspapers of the time, as well as interviews of former residents of the city of *Itá* - SC. The main objective of this work is to understand the way in which the residents of the city of *Itá* perceived and reacted to the transformations resulting from this great hydroelectric project. At the conclusion of this analysis it is reaffirmed how the power of capital interferes in the daily life of collectivities proposing and sometimes imposing new socio-spatial arrangements. These arrangements eventually change the way of life of the people in an often irreversible way, leaving to these subjects only records in memory of places and practices excluded, stigmatized or adapted in the official reports.

Keywords: Landscape of fear; Landscape; Memory; Socio-spatial changes; Hydroelectric Plant of *Itá*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Localização atual de Itá e do sítio inundado da Antiga Itá.....	p.13
Figura 02 – Arranjo espacial da Antiga Itá.....	p.38
Figura 03 – Imagem por satélite da cidade de Itá-SC	p.39
Figura 04 – Antiga Itá, característica do arruamento.....	p.40
Figura 05 – Matéria jornalística sobre alagamentos na região do Alto Uruguai.....	p.44
Figura 06 – Matéria jornalística em que a AMOSC se mostra contra as barragens.....	p.45
Figura 07 – Matéria jornalística destaca que o Governador se declara contrário aos empreendimentos hidrelétricos na região.....	p.47
Figura 08 – Perfil longitudinal e ondulado da cidade de Itá.....	p.50
Figura 09 – Antiga Itá sob avançado processo de remoção de edificações.....	p.56
Figura 10 – Fotografia das Torres da Igreja da Antiga Itá.....	p.62

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Localidade: Ita – SC, população urbana e rural..... p.36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMOSC – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

CANAMBRA – Consórcio-canadense-americano-brasileiro Engineering Consultants Limited

CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica

CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina

CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina

CNEC – Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRAB – Comissão Regional dos Atingidos Por Barragens

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DPI /DPM – Departamento de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

ELETROSUL – Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A

GORI – Grupo Operacional para Relocação de Itá

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MMA – Ministério do Meio Ambiente

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

RS – Estado do Rio Grande do Sul

SC – Estado de Santa Catarina

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina

UHE – Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 REVISÃO TEÓRICA	23
1.1 BREVE ANÁLISE SOBRE OS REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS BÁSICOS.....	23
1.2 QUESTÕES CONCEITUAIS – AMPLIANDO O DIÁLOGO COM/ENTRE OS AUTORES DIVERSOS.....	27
2 A ITÁ QUE EU (não) CONHECI	36
2.1 ITÁ – SOB O EFEITO DAS PRIMEIRAS NOTÍCIAS DA POSSÍVEL CONSTRUÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA.....	42
2.2 ITÁ – SOB OS EFEITOS DAS INCERTEZAS E DO MEDO.....	47
2.3 ITÁ – SOBRE OS AGENTES PÚBLICOS/PRIVADOS PRÓ-VIABILIZAÇÃO DO PROJETO UHE-ITÁ: AS CONTESTAÇÕES PELOS AGENTES SOCIAIS DO PROCESSO.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo pauta-se na hipótese de que durante os estudos de viabilidade técnica e durante as obras para a construção da UHE-ITÁ, existiram condições ou situações em que predominou o medo, a insegurança e incerteza dos moradores da cidade de Itá – Santa Catarina. Nesse tempo, os reais impactos e benefícios do projeto hidrelétrico em curso nesta cidade do Oeste Catarinense eram desconhecidos. Em razão disso, estudar esse processo pode auxiliar na compreensão desse período e que por motivações de diversas ordens, não fazem parte dos relatos e documentos oficiais.

Propõe-se, com esse trabalho, contribuir com estudos relacionados às experiências vividas pelos moradores da cidade de Itá – SC. Considera-se relevante o esclarecimento dessas questões que, de alguma forma, ainda podem e devem ser analisadas em benefício do conhecimento científico-acadêmico e em benefício da comunidade em geral.

Prioriza-se na presente Monografia, estudos de fatos relacionados à Itá, especialmente os que abrangem o período entre as décadas de 1970 a 1990, contexto dos primeiros estudos conclusivos a respeito das viabilidades técnicas, seguido pela implantação/operação de uma Usina Hidrelétrica em Itá.

Itá é uma pequena cidade situado no Oeste de Santa Catarina, à margem direita do Rio Uruguai, no sentido Leste/Oeste. Do que resta da sua antiga localização geográfica, se tem apenas as Torres da Igreja, como objeto passível de ser georeferenciado em relação à “Velha Itá”. Isto, considerando-se que, o lago, produto do represamento do segmento correspondente do Rio Uruguai, agora ocupando aquela área, não fazia parte originalmente e diretamente deste conjunto urbano/rural.

Abaixo (Figura 01), se tem uma imagem que possui por finalidade destacar a localização da cidade de Itá, no Estado de Santa Catarina, bem como dentro do território brasileiro.

Neste sentido, pode-se observar sua posição/localização na divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, como se pode constatar. Em parte, representa a problemática envolvida na instalação de uma UHE de grandes proporções,

entre duas unidades da Federação. Tal como a necessidade de aprovação não somente pelos órgãos reguladores de apenas um Estado. No caso necessitou da aprovação de órgãos federais além da aprovação pelos órgãos correlatos dos dois Estados abarcados no projeto da UHE-Itá.

Figura 01 – Localização atual de Itá e do sítio inundado da Antiga Itá.



Fonte: Imagem cedida pela prefeitura municipal de Itá (2006). In: Souza (2009, p.13).

Entende-se que todo processo de alagamento ocasiona danos ambientais, mas também sócio-culturais. Razão por que se inclui neste estudo a análise sobre como pessoas estabelecidas em determinado lugar, reproduzem seu modo de vida no mesmo, atribuindo a este lócus de existência valores simbólico de sentidos subjetivos, não passíveis de mensuração cartesiana ou positivista. Como esta população concretiza seus ideais, projeta seus sonhos no lugar em que vive, se tornando dependente do local de habitação.

Considera-se importante entender os sentimentos de medo e insegurança inaugurados na cidade de Itá, neste recorte espaço/temporal mencionado anteriormente. Procura-se identificar as expectativas e receios da população em relação ao desenrolar dos fatos, segundo o que já estava se prefigurava como concreto apontado por Espíndola (2009, p.124), como “[...] fato consumado”. Sem exagero, visto

que, em realidade, o cronograma de implementação da proposta de uma UHE em Itá, passou por diversos reveses. Haja vista a apresentação do EIA – Estudo de Impacto Ambiental, elaborado pelo CNEC – Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A. sob requisição da ELETROSUL¹ - Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A, em data desencontrada às obras, em que se reconheça que à época, ainda haviam lacunas na implementação da Lei Federal nº 6.938 de 31/08/1981². Tais lacunas manifestavam-se por não prever instrumentos de planejamento, fiscalização e controle mais claros para implementar o cumprimento da mesma, tal como posteriormente se estabelece a obrigatoriedade de EIA/RIMA em obras que impactam o meio ambiente³, em resolução do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. Entretanto, conforme se constatou, os aspectos preventivos de um EIA, não surtiram efeito oportuno, levando-se em consideração o tempo de sua apresentação para análise como segue:

A preparação deste documento baseou-se nos Estudos de Inserção Regional da UHE Itá, em desenvolvimento por esta consultora desde 1986, e seguiu as diretrizes propostas no Relatório de Planejamento (IR2—RT—RE1—CN—15), submetido à consideração dos órgãos de controle ambiental dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em junho de 1988 (ELETROSUL,1999).

A data de submissão do estudo para as devidas análises dos órgãos oficiais, portanto, reporta-se a junho de 1988, quando todo o processo (com avanços e retrocessos) já estava em andamento na cidade de Itá. Quando qualquer reação da população iminente por ser atingida já não surtiria qualquer efeito prático, em relação ao previsto no documento citado acima. Tais limitações e descompassos nas

¹ Um estudo elaborado pelo CNEC, sob requisição da ELETROSUL, posterior ao início das obras da UHE-Itá, disponível no site do IBAMA

² BRASIL. PLANALTO. LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981: Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Art. 2º, III e V, propõem: III planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras.

³ BRASIL. MMA. Resolução CONAMA Nº 001/1986: Art. 2º Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e da Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA¹⁵⁷ em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente [...].

obras da UHE-Itá, levantadas durante o período de pesquisa nesta Monografia, também foram identificadas por Peixer (1993, p.28).

Em razão dos fatos levantados na elaboração deste trabalho, torna-se primordial entender o lugar do sujeito na dinâmica da apropriação do espaço pelos agentes privados e públicos, no caso inicial. Configura-se como pertinente que se analise obras de infra-estrutura dessa magnitude, sob a óptica dos que são afetados por processos similares.

No caso em estudo, toma-se o fato como exemplo concreto para oferecer à esta sociedade uma opção de compreensão das diversas dimensões dos problemas sob análise. Procura-se lograr êxito em difundir, com esse exemplo prático, noções de lugar e pertencimento, de apropriação do espaço público por agentes privados.

A Geografia enquanto estudo da relação humanidade/natureza, deve se ocupar de estudar como essa relação ocorre, na medida em que o espaço se torna campo de disputa de interesses antagônicos. Tais interesses conflitantes, de forma recorrente, têm se manifesto mediante ações de intimidação, embargos e boicotes da parte daqueles que controlam, com margem de vantagem, as relações de poder.

Neste caso, necessita-se de uma abordagem inicial sobre a Geografia Cultural, na presente introdução. Um esforço por localizar, de forma resumida, suas trajetórias e alguns elementos desse campo da especialidade geográfica, que vem, cada vez mais, galgando espaço em temáticas que procuram compreender, analisar, as experiências humanas no meio em que vive - buscando localizar/interpretar formas e elaborações humanas, pelas quais os homens deixam seu rastro pelos ambientes, por onde passam. Sobre este aspecto, os conceitos elaborados pelos teóricos da Geografia Cultural contribuem para a análise do presente estudo de caso.

Neste cenário, Claval (2004; 2007) se destaca como um importante geógrafo, pensador dedicado, em grande parte, a estudar e desenvolver a Geografia Cultural. Suas observações se baseiam em diversos autores que utiliza como referências. Dentre estes autores que contribuíram para as análises de Claval, pode-se citar Ratzel e La Blache (CLAVAL, 2007).

Durante os séculos XVIII e XIX, discutia-se entre os Geógrafos, em que medida os ambientes naturais e sociais se interrelacionavam na constituição/organização dos

grupos humanos sobre as regiões da Terra. Na busca por esse entendimento, propunha-se que, por meio dos elementos culturais dentre estes, aqueles representados por modos de manejo, técnicas e instrumentos, a humanidade se diferenciava dos animais. Nesse contexto, se considerou como os humanos desenvolvem meios de adaptação à diversidade de condições de vivência e modo de domínio do meio em que se vive. Prefigurou-se, nesta linha de raciocínio, a compreensão da cultura como elemento de diferenciação também entre os agrupamentos humanos, tendo tais concepções variações de abordagem teóricas nos diferentes países, em particular, entre os estudiosos alemães, americanos e franceses (CLAVAL, 2007).

Claval (2007), em sua obra, recupera entendimentos do autor alemão Ratzel, em que pese sua concepção sobre "Espaço Vital" - como possibilidade de que um Estado Nacional necessite de outros espaços (outros territórios) para se auto-sustentar, sua contribuição é fundamental, para a análise de Claval.

Em tempos de uma Geografia baseada no determinismo, Ratzel (RATZEL apud CLAVAL, 2007, p.20-23) compreende, para além do que poderia ter sido uma barreira teórico-conceitual, as diversas formas de apropriação do espaço que as civilizações desenvolveram - a ponto de avançar em seus estudos sobre a difusão dos métodos e experiências humanas às gerações posteriores, bem como a mobilidade natural dos homens sobre o espaço geográfico.

Claval (2007), analisando a trajetória da Geografia Cultural, considerando tanto as contribuições de La Blache quanto de Ratzel, aborda o que se pensava sobre esse tema no início do século XX. Nisto reconhece que:

A Geografia concebida por Ratzel atribui um lugar importante aos fatos de cultura, porque se vincula aos meios de aproveitamento do ambiente e àqueles estabelecidos para facilitar os deslocamentos (CLAVAL, 2007, p.22).

Entretanto, Claval, ainda em Ratzel, permite compreender que essa percepção do valor da cultura permanece presa aos meios desenvolvidos pelos seres humanos para manipular a natureza e dela se apropriar.

Como anteriormente citado, Claval (2007, p.33-35), em suas elaborações, também reconhece o valor das obras de La Blache – em que destaca, neste autor, conceitos tais como gênero de vida, dentre outras compreensões. Em Claval, as elaborações Vidalianas colaboram para se entender os diferentes valores dados por determinados povos a elementos da natureza, tais como a floresta, às pastagens e aos campos, valorizando o papel dos costumes praticados, dentre outros elementos (CLAVAL, 2007, p.35). Isso permite compreender, ainda que nos limites conceituais do seu tempo, a desigual capacidade de organização humana sobre a Terra. É neste sentido que se evoca a constatação Vidaliana e em Ratzel (dentre outros), em que se afirma:

A cultura é para Vidal de La Blache e seus alunos, como para Ratzel e os geógrafos alemães, aquilo que se interpõe entre o homem e o meio e humaniza as paisagens (CLAVAL, 2007, p.35).

Entretanto, pelo que se percebe das análises que Claval (2007) desenvolve a partir de Vidal de La Blache, ainda permaneceram relativamente estreitos os conceitos Vidalianos para esclarecer fenômenos que se diria micro - em contexto de coletividades representadas por grupos ou frações destes, tais como relações de alteridade, de coesão, de estigmatização, e, como é parte importante do objeto desse trabalho - do medo, da ansiedade e das incertezas.

Na emergência de um novo contexto da sociedade mundial no capitalista industrial, considerou-se, em termos, que não haveria mais lugar para uma análise geográfico-cultural do mundo, haja vista a suposta universalização impetrada sobre os territórios (CLAVAL, 2007, p.47). Entretanto, mesmo neste novo contexto, se percebeu que fenômenos aqui e ali não poderiam ser explicados de forma satisfatória sem as considerações sobre o lugar da cultura no espaço geográfico. Nisto ocorre uma retomada dessa trajetória, em que a Geografia Cultural volta a ter o seu lugar nas discussões acadêmicas.

No contexto brasileiro, Gomes (2010), é um dos autores que estuda a trajetória da Geografia cultural, o qual presta grande contribuição a este debate. Em sua obra Geografia e Modernidade (GOMES, 2010), apresenta rumos concretos para uma

análise sobre a Geografia Cultural a partir de sua trajetória inicial relacionada à própria discussão sobre os saberes científicos. As reflexões desenvolvidas por Gomes (2010) trazem questões pertinentes a esse campo da Geografia. Estas permitem ampliar o debate sobre a importância da Geografia Cultural a partir do que também considerou Geografia Humanista. Nisto discorre amplamente sobre os conceitos que conduzem os campos de estudos a alcançarem status de ciência – em particular, no que se exige para tanto, que neles se localize consistência científica pela presença de conteúdo e método específico (GOMES, 2010, p.305).

Entretanto, o autor sob análise aponta, em sua discussão sobre as diferentes correntes geográficas, alguns limites desse campo. Reconhece os limites das conceituações ditas humanistas – em sua forma histórico/tradicional, vistos que elas, em geral, trazem consigo uma herança baseada no que teria sido um momento histórico de rompimento entre o pensamento da humanidade e os dogmas religiosos medievais. De forma conclusiva, Gomes (2010), incorporando a compreensão de outros autores, reconhece a existência de grandes limitações para a aplicação de conceitos ditos racionais/racionalista quando se atua num ambiente de manifestações múltiplas e sem ou com resumida singularidade entre si. Admitindo, desta forma, a necessidade de uma geografia humanista, sem os vícios dos próprios conceitos limitadores no que considerou humanismo que busca compreender os aspectos humanos (GOMES, 2010, p.306/308). Portanto, sob esta possibilidade, no que se compreende neste autor, pode-se conduzir à melhores resultados no caso de estudos geográficos – em que nem tudo se pode mensurar dentro de um plano lógico-positivista. Neste sentido Gomes afirma que, O espaço e suas propriedades, distâncias, fluxos, hierarquias possuem um sentido que não se reduz a medidas numéricas. Desta maneira, o espaço é sempre um lugar, isto é, uma extensão carregada de significações variadas (GOMES, 2010, p.310).

Neste movimento teórico-conceitual, Gomes (2010), assume a importância de uma Geografia baseada na subjetividade do saber. Momento em que impõe limite à aplicação de entendimentos tanto do humanismo tradicional, quanto ao racionalismo de raízes conservadoras, tirando de foco a idéia de egocentrismo humano por uma idéia que abriga melhor a comunidade/solidariedade humana como eixo central.

Esta nova concepção se apresentou como contracorrente (contraponto) à concepção racionalista conservadora, entre o final do século XVIII e começo do século XIX fazendo-se presente na virada do século XX (GOMES, 2010, p.24-27). Tal entendimento oferece grande fundamentação para os estudos geográficos (GOMES, 2010). Este autor, em sua análise, destaca a importância em se valorizar estudos sobre o espaço experimentado (do cotidiano), em substituição a concepção de um espaço sem nexos entre o humano e as constituições materiais. Tal concepção (de um espaço sem nexos) abrange um espaço concebido que desconsidera a influência do modo de vida sobre os lugares, ou mesmo as significações materiais e afetivas atribuídas pelos humanos ao espaço apropriado (GOMES, 2010, p.317).

Em suas reflexões Gomes (2010) traz elaborações conceituais de vários autores. Dentre estes, destacam-se Sauer, Relph e Tuan. Tais contribuições impulsionam as concepções de Gomes em direção a compreender que a fenomenologia auxilia na institucionalização de uma Geografia que, mesmo não assumindo um discurso marxista, pode superar uma visão predominante até os anos 1970 – de uma Geografia de forte conotação positivista. Tais autores exemplificados por Gomes, em particular Tuan, permitem à Geografia, seja ela humanista-fenomenológica, no contexto da Geografia cultural – inscrever-se entre as ciências institucionalizadas (GOMES, 2010, p. 334), apesar de sua recorrência ao subjetivismo e ao anti-racionalismo.

Ainda no contexto nacional, destacaram-se autores como Corrêa e Rosendahl (ROSENDAHL, 2003; CORRÊA, 2009), em que através de suas análises, também reconhecem a importância da Geografia Cultural como viés teórico-conceitual a auxiliar na compreensão de questões complexas - na trama da relação entre o homem e o meio (considera-se a reciprocidade dentro desta dicotomia).

Rosendahl (2003), se debruça em compreender as construções materiais de caráter religioso. Analisa como elementos materiais e ritualísticos se tornam símbolos não somente de valor sacro, mas igualmente comercializáveis, assumindo no lugar dimensões de aspecto político e (diga-se) de poder, em razão das marcas que imprime no espaço (ROSENDAHL, 2003, p.188-203).

Corrêa (2009), procura percorrer caminhos teórico-metodológicos que interagem com outros estudiosos, de modo a tornar claro o significado e o objeto da Geografia

Cultural – sem prejuízo para o que foi citado por Claval, em La Blache, e incluído a esta reflexão (CLAVAL, 2007, p.35). Neste sentido, convém destacar que, a partir das concepções de Corrêa, se pode incorporar às conceituações da Geografia Cultural, a importância em se procurar entender os elementos de representações e suas significações socialmente constituídas por grupos sociais distintos. Isto ocorre por diversas formas, tais como, conhecimento acumulado e modo de concretização de seus valores (CORRÊA, 2009).

Como é notório, há muitas contribuições a partir de diversos autores, suficientes para conceber e recorrer à Geografia Cultural como um campo fundamental a impulsionar o contexto geral dos estudos e observações geográficos.

De acordo com este entendimento, se permite conceituar, ainda que de forma introdutória, que – Geografia Cultural é o campo da ciência geográfica que procura compreender e interpretar o sentido simbólico das representações materiais/imateriais humanas em suas trajetórias espaços-temporais. Portanto, é pela importância da Geografia Cultural, que, no presente estudo, se pretende privilegiar essa possibilidade teórico-conceitual como uma das formas de compreender a realidade.

Importante salientar que, esta reflexão em destaque sobre a Geografia Cultural e sua importância, se concretiza, como se percebe, a partir de diversos autores inter-relacionados. Portanto, torna-se oportuno reconhecer que apenas parte deles se faz presente mais diretamente no contexto do estudo de caso aqui elaborado. Nisto, o alcance desta reflexão aqui incluída limita-se na impossibilidade de incorporar outras contribuições possíveis.

Santos (2006), em suas análises sobre a constituição do Espaço Geográfico, enquanto categoria de análise, também proporciona possibilidades múltiplas, para compreender a realidade. Sendo que a partir deste autor, se pode ampliar a discussão que se pretende nesta Monografia, incluindo, também, um olhar particular sobre o Espaço e suas tramas.

A presente Monografia foi dividida em capítulos, bem como subcapítulos.

A partir destes pressupostos, e para maior convergência textual – após esta necessária introdução ao tema, se estabelece a seguinte metodologia de ordenamento textual: no capítulo 1 – sob o título de Revisão Teórica, considerou-se como necessário

apresentar os referenciais bibliográficos fundamentais para a presente elaboração. Portanto, no capítulo citado, pretende-se iniciar e ampliar uma revisão teórico-conceitual necessária para sustentar e formar um arcabouço referencial mínimo, sob o qual toda a discussão possa se consolidar, a partir de um diálogo entre os principais autores eleitos. Um esforço intelectual para localizar e procurar fazer aflorar a convergência entre os diversos autores estudados para a elaboração da presente Monografia. Tais elementos oportunamente serão recuperados e incorporados a discussão sobre o objeto de estudo propriamente dito, em que, outros autores serão incorporados às discussões. Nesta parte, faz-se uma breve abordagem sobre as fontes utilizadas, sobre os caminhos percorridos na elaboração deste trabalho acadêmico, bem como se relata algumas da dificuldade inerentes ao processo por busca e utilização de fontes, e perspectivas futuras.

No capítulo 2 – sob o título A Itá que eu (não) conheci, procura-se abordar elementos geográficos respectivos à cidade de Itá. Neste caso, articula-se parte das informações que se aplicam tanto a cidade dita “Velha Itá”, quanto a que foi considerada a “Nova Itá”, nos aspectos que se permite generalização. Intencionalmente a construção textual “Eu (não) conheci” pretende remeter o autor desta reflexão a um tempo e lugar que existiu, apesar do seu desaparecimento. Neste mesmo capítulo se procura compreender o papel dos canais de relação e comunicação entre esses agentes e a comunidade itaense.

Neste capítulo, através de subcapítulos se procura reconstituir o contexto sócio-cultural da cidade de Itá, à época, sob a perspectiva dos referenciais teórico-conceituais elencados para tal propósito. Momento analítico em que se considera transtornos de diversas ordens pelos quais os moradores de Itá passaram, até a definitiva concretização do ideal de uma UHE nesta cidade. Inclui-se, neste momento textual, lançar um foco maior referenciado nas falas registradas nas diversas entrevistas realizadas. Nisto o elemento aparentemente empírico que eventualmente transparece nas entrevistas deve ser valorizado como elemento subjetivo – mas não abstrato, de uma importante dimensão da constituição humana: a memória. Um elemento característico da capacidade do homem de elaborar seu mundo de acordo com suas experiências acumuladas, reelaboradas por ação intelectual e intencional,

provocadas/auto invocadas, com vistas a atribuir sentido à percepção de pertencimento e de posse de um lugar. Tais falas retratam ainda medo, ansiedade, também partes importantes a serem elucidadas e devidamente valoradas como objeto de pesquisa e análise das realidades concretas, mas concretas como um todo, de sentido material e imaterial.

Finalmente, ainda nesta parte deste trabalho, se faz um esforço por uma teorização da problemática das contradições e conflitos dos quais agentes públicos e privados tomaram parte no caso em estudo sobre a UHE-Itá. Procura-se compreender o papel dos principais agentes isolados ou solidários entre si, na implantação do projeto entendido como necessário e como parte da solução energética para o Brasil⁴. Neste contexto, inscrevem-se articulações populares em contraposição ao projeto hegemônico em vigência à época.

Nas Considerações Finais desta elaboração, dedica-se a uma reflexão acadêmica objetivando reafirmar a importância das análises em questão, como possibilidade concreta dentro da Geografia. Considera-se igualmente importante, destacar parte das dificuldades encontradas nesta caminhada reflexiva, em algumas das formas em que se apresentaram.

⁴ Para aprofundamento sobre a questão energética atinente ao caso da UHE-Itá, ver Wagner (2018).

1 REVISÃO TEÓRICA

1.1 BREVE ANÁLISE SOBRE OS REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS BÁSICOS

Para um bom desenvolvimento do tema sob análise, propõe-se usar um conjunto de referenciais bibliográficos capaz de explicar, ainda que em parte, o objeto de estudo, como já referido na introdução deste trabalho.

Para esta reflexão, faz-se necessário uma abordagem em Fáveri (2005), sob perspectiva histórica, em que se analisa o recorte espacial do Estado de Santa Catarina no contexto da Segunda Guerra Mundial. Nesta abordagem a autora utiliza, em sua reflexão, a noção de medo como construto e produto do imaginário social carregado de sentidos que valem a pena serem elucidados, esclarecidos. Na perspectiva de sua pesquisa, a autora logrou êxito em reconstruir situações que permitiram que medos e sentimentos relacionados pudessem ser externados num contexto de memórias que procuram esquecer o que passou, como se tais feridas pudesse simplesmente o tempo curar. Fáveri (2005), em sua análise, também se ampara nas sensações preconizadas por agentes de Estado tais como ocorreu em muitas ações de tortura e desarraigamento forçado de pessoas por atuação do DOPS- Departamento de Ordem Política e Social, durante o Regime Militar, no Brasil.

Em que pese que seu interesse maior diga respeito aos fatos que incorreram quando o Brasil declarou guerra contra a Alemanha, e suas conseqüências para os imigrantes de origem germânica no Estado, Fáveri (2005, p.28) possibilita compreender os momentos de emoção e comoção social, originados a partir das ações de preparação para a guerra, tais como manobras, recrutamentos, interrogatórios de possíveis suspeitos de espionagem, e outros casos. Neste sentido, a autora supracitada favorece a presente iniciativa de se analisar a formação dos discursos legitimadores de ações de Governo, bem como facilita a compreensão do sujeito que se vê invadido repentinamente e forçado a reelaborar sua existência a partir de situações incertas (FÁVERI, 2005, p. 38-46).

Outro autor que colabora para a construção de um arcabouço teórico sobre o assunto sob análise é Delumeau (2009), em que, reportando-se aos anos entre 1300 e 1800 desta era, destaca, a partir do referencial teórico-metodológico da psicologia

social, como o medo pode ser elaborado a partir de circunstâncias diversas. Nisto assegura em seu argumento que, mesmo instrumentos que pretendem neutralizar o medo, podem contribuir para exacerbá-lo – no caso concreto em que aborda a condição da cidade de Augsburg (Alemanha) durante a idade média, e seus muros intransponíveis.

Na perspectiva de Delumeau (2009), o medo tem o potencial de criar mitos, vilões e heróis que cumprem um papel muitas vezes prefigurado por meio de ações intencionais. Cria mocinhos e bandidos em perspectivas opostas em que, somente por um recorte espaço/temporal melhor definido se pode discernir qual o papel que cada um tem em determinado lugar e momento. Em certa medida, e a partir desse autor, se pode construir uma teoria, ainda que temporária, acerca do medo enquanto produto do desconhecimento, da desinformação ou diante de situações que surgem ao longo da existência humana.

Outra contribuição importante se encontra no que escreve Tuan (2005) em que, sob o olhar da paisagem do medo – em que a Paisagem é evocada como categoria de análise, se reconhece que o medo faz parte das experiências tanto de humanos como de animais. Já no que se refere à paisagem do medo, afirma que “toda a construção humana – mental ou material – é um componente na paisagem do medo, porque existe para controlar o caos” (TUAN, 2005, p.12).

Deste modo, Tuan (2005) elabora seu entendimento de que as fronteiras, os limites, as demarcações, barreiras naturais ou artificiais, elaboram uma condição que se classifica como paisagem do medo, pelo conjunto de insegurança e incertezas que constituem. Portanto, e a partir desse autor, não seria exagero compreender o medo como fruto da própria limitação humana em controlar o seu espaço, lócus de sua existência e identidade.

Espíndola (2009), auxilia na compreensão do caso concreto do uso da Bacia hidrográfica do Rio Uruguai para prover energia elétrica, produzindo alagamentos recorrentes. Sua fundamentação teórica privilegia o conceito de territorialidade e a categoria Região. Nesse contexto, o autor estuda as articulações que permitem a construção de grandes obras de infra-estrutura como a que está em questão, em que,

mesmo contraditórias, acabam por ser consolidadas, mobilizando e desmobilizando agentes sociais que se rendem à iniciativas hegemônicas.

O recorte espacial que o autor se propõe estudar é composto pelo Alto e Médio Vale do Rio Uruguai. Portanto, é nessa perspectiva que a pesquisa de Espíndola (2009) contribui para exemplificar a recorrente atuação de iniciativas públicas e privadas na região sob análise. E ainda, como constantemente as populações atingidas são afetadas no contexto do que o autor conceituou como Transterritorializações, que corresponde, em suas análises, alterações sócio-espaciais que incorrem sobre áreas afetadas por empreendimentos hidrelétricos.

Sob o foco de análise em seu estudo intitulado *Utopias do Progresso* - numa perspectiva da Sociologia Política, Peixer (1993) – destaca como em certo momento, as obras da UHE-Itá, foram vistas e defendidas por moradores como sinônimo de progresso. Nisto procura entender como o sonho desses moradores de poder alcançar patamares sociais e espaciais mais elevados suprimiu, em certo aspecto, a percepção das profundas mutações às quais a cidade de Itá (PEIXER, 1993, p.59), estava sendo submetida.

Ainda que Peixer (1993) não elabora sua dissertação no sentido do trabalho que aqui se desenvolve, contribui para que se possa compreender, a partir de um estudo já realizado, o recorte espacial que se pretende analisar – no contexto das incertezas antecedentes ao evento da consolidação da UHE-Itá, a priori. Haja vista que sua dissertação (PEIXER, 1993), foi escrita no ano de 1993, ainda numa época carregada de incertezas sobre o futuro de Itá.

Propõe-se, portanto, numa perspectiva mais ampla e a partir de diversas contribuições aqui citadas (e outras), recuperar elementos teórico-conceituais de valor acadêmico/científico que se apliquem ao caso, possibilitando uma análise mais precisa sobre o objeto da presente abordagem.

Em tempo, deve se considerar as produções mais recentes, também do curso de Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul. Cito como exemplo a Monografia de Fritzen (2016), que, em tese, analisa a relação entre a produção e expansão do consumo de energia elétrica no Oeste de Santa Catarina. Este autor permite compreender a forte imbricação entre produção/consumo de energia elétrica e as

atividades dos setores industriais produtivos no recorte espacial de seu estudo. Wagner (2018), em sua Monografia, retoma parte dessa abordagem, inserindo em sua prioridade de estudo o caso da cidade de Itá. Em que pese as particularidades de sua abordagem em relação ao que constatou Fritzen em seu estudo, esta autora (WAGNER, 2018), procurou elucidar, nos limites do seu objeto de estudo, as transformações do arranjo sócio-espacial a que foi submetida a cidade de Itá, a partir de sua reestruturação no contexto da implantação e operação da UHE-Itá.

Tais contribuições (FRITZEN, 2016; WAGNER, 2018), são igualmente importantes para a compreensão ampliada de todos os processos a que o Oeste de Santa Catarina vem sendo submetido desde que se ousou inventariar o potencial energético da Bacia do Rio Uruguai.

Wagner (2018, p.22) se baseia, em particular, dentre outros autores, nos estudos de Espíndola (2009). No sentido em que, este último autor, esboça uma evolução histórica datada ainda dos anos de 1965-1967, no que se reconheceu o potencial energético da Bacia do Rio Uruguai. Um estudo realizado, de acordo com Espíndola (2009, p.27-28/171), por um consórcio multinacional (CANAMBRA- Consórcio-canadense-americano-brasileiro Engineering Consultants Limited), tem como resultado o que concluiu Espíndola:

No final da década de 1960, como corolário do mapeamento feito por esta empresa de consultoria canadense, foi projetada a construção de 25 hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai, a maioria no alto curso do rio, a jusante da fronteira com a Argentina, ou em seus afluentes, como parte do planejamento estratégico de infra-estrutura para o desenvolvimento [...]. (ESPÍNDOLA, 2009, p.27).

Considera-se, importante na presente elaboração, retomar elementos da Geografia Cultural, a fim de compreender outros fenômenos até aqui não contemplados nos trabalhos destes autores citados. Sobretudo, levando-se em conta os elementos da paisagem e sua relação com os indivíduos, diante de sua percepção e valoração do espaço, bem como a implementação “temporária” de perda e/ou precarização e depreciação naquele dado momento histórico-geográfico experimentado pela cidade de Itá – SC, sob a óptica dos que foram ditos (dicotomicamente) beneficiários/atingidos.

Neste sentido, e numa dimensão da Geografia Cultural, no presente trabalho, se procura estudar a dimensão sócio-cultural que representa as angústias, medos e incertezas experimentados, em alguma medida, por grande parcela da população itaense. Isto, especialmente, considerando o período que antecedeu a instalação e operação da UHE-Itá. Deste modo, sem redundância temática, mas, ao mesmo tempo, em que não se pode incluir o termo originalidade sem risco de profundo equívoco, a presente proposta diferencia-se dos trabalhos anteriores em sua essência, pelo interesse prioritário sobre o indivíduo e o coletivo em sua relação com o meio – natural ou artificial, material ou imaterial, dentro de múltiplas possibilidades de análise dos eventos ali, em Itá, ocorridos na temporalidade em estudo.

1.2 QUESTÕES CONCEITUAIS – AMPLIANDO O DIÁLOGO COM /ENTRE OS AUTORES DIVERSOS

Firma-se convicção de que se está diante de um fato com dimensões múltiplas passível de ser observado, analisado por analogia – nos limites de temporalidades, espaços e especificidades de cada caso, com outros fatos narrados por diversos autores em suas elaborações teórico-conceituais, conforme interesse de abordagem neste capítulo, para o caso de Itá. Ainda que, sem referir-se diretamente ao caso específico de Itá, se procura destacar elementos que mais tarde possam ser incorporados à discussão do estudo de caso, objeto desta Monografia.

Como se pode identificar em Delumeau (2009, p.11), no caso de Augsburg (Alemanha), que o aparelhamento de segurança ali instalado servira mais para produzir ansiedade que para qualquer outra constatação de conforto individual ou coletivo. Portanto, apresenta-se como fato curioso que elementos da paisagem (neste caso, paisagem elaborada), pudessem representar percepções contraditórias. Humanamente e culturalmente o que nos agrada/beneficia, pode muito bem, em algum momento e circunstância específicos, representar algo que ameaça a condição de acolhimento ou mesmo de pertencimento a um lugar. Afinal, o que desperta ou fortalece percepções de pertencimento? Como se elabora uma paisagem acolhedora, em que os elementos

essenciais a uma existência, não apenas segura, mas também tranqüila, possa ser constituída, mesmos que apenas no imaginário individual ou coletivo?

Em Delumeau (2009), se permite elaborar o entendimento, pelo menos no contexto geográfico ocidental, entre os anos de 1300 a 1800, de que segurança e tranqüilidade não são sinônimos. Em razão disso, constitui-se entendimento raso pensar que uma série de adequações espaciais possa atender às necessidades de apropriação de um lugar por determinada coletividade. Citando Montaigne, Delumeau (2009, p.15) recupera parcialmente o entendimento de que o medo tende a caracterizar coletividades ou individualidades ditas mais humildes. De fato, a forma de ler o mundo está intimamente ligada aos instrumentos e elaborações de que se dispõe em resposta aos desafios dos infortúnios, do improvável, do inesperado, em determinada espacialidade.

Isto não é entendimento isolado, uma vez que, entre as tais representações providenciais, em Paisagem do Medo, Tuan identifica:

A construção de categorias tais como deuses, ancestrais, fantasmas e bruxas, permite, em qualquer sociedade, que os camponeses e pequenos comerciantes vivam confortavelmente com as freqüentes forças improváveis do seu universo. (TUAN, 2005, p.187).

Se entidades foram criadas para tentar explicar ou ao menos lidar com os infortúnios da existência, é igualmente compreensível que reina de algum modo medos e incertezas. Tal afirmação não se propõe naturalizar o fato, mas reconhecer esta dimensão do cotidiano das pessoas, por vezes tornada mais ameaçadora por parte de agentes poderosos em atuação sobre o lugar em que se vive. Convergindo com tal entendimento anterior, ainda em Tuan, se procura explicar a existência da cidade, concluindo que “a cidade é a tentativa mais ambiciosa do gênero humano para criar ordem física e humana” (TUAN, 2005, p.206).

Continuando suas observações, Tuan (2005), permite compreender o quanto as adaptações espaciais humanas não se concretizam por completo em seus ideais. Nesse sentido, esse autor faz uma referência impactante, ao classificar justo aquilo que hoje pode ser compreendido como lócus de modernidade – a cidade, “[...] em muitos aspectos é o engano supremo da humanidade” (TUAN, 2005, p.230). Isto faz lembrar o

pensamento que se construiu em torno de uma “Nova Itá”, em caráter de discurso, no tempo das obras da barragem, uma cidade dita progressista.

Tais argumentos corroboram para que se compreenda que a paisagem material ou imaterial (TUAN, 2005), constitui elemento cultural importante na elaboração individual e/ou coletiva do sentimento de pertencimento/acolhimento, ou mesmo de negação à estas possibilidades. Neste sentido, na consolidação ou reafirmação de uma espacialidade que possua os elementos essenciais para se considerar um lugar, precisa-se considerar a dimensão sócio-cultural de determinada coletividade. Não por acaso que existem diversos espaços não reconhecidos com propriedade pelos que neles transitam ou habitam, que fazem uso dos mesmos, em razão de sua negação às apropriações espontâneas, limitação de circulação ou por descaracterizar o lugar de vivência (MELLO, 2003).

Ainda em Delumeau (2009, p.21), estende-se o entendimento de que o medo e as incertezas são perenes. São características passíveis de serem diagnosticadas tanto nas sociedades antigas quanto nas modernas sociedades ocidentais.

Neste sentido, tanto em Delumeau (2009) quanto em Fáveri (2005, p.42-43), constata-se uma interface na dimensão da discussão sobre medos e incertezas. Partindo-se para a idéia do outro como objeto de temor, as elaborações de Fáveri (2005) também permitem uma aproximação conceitual com as compreensões de Tuan (2005). Em particular, quando a autora supracitada faz referência aos preparatórios para um conflito externo que se previa iminente, em que se criou um contexto de medo, instrumentalizado por ações exageradas, no período entre 1939-1945.

Portanto, de acordo com Fáveri (2005), se consolidou, por algum tempo, no Estado de Santa Catarina, condições que se enquadram no que Tuan (2005) permite conceituar como paisagem concebida, associada ao medo. Isto resultou na elaboração subjetiva (porem não abstrata) dos catarinenses de que o inimigo poderia estar por toda parte e que não havia mais lugar seguro. Mesmo diante da presença do aparato militar dissuasório do Estado Brasileiro nesta Unidade da Federação, esta insegurança não se dissolveu. Tal fato aponta para a semelhança de constatações igualmente no caso de Augsburgo (Delumeau, 2009). São pontos que se quer destacar nos quais os autores

convergem entre si, a partir de constatações semelhantes em contextos aparentemente diferentes.

O medo enquanto ansiedade – estado de apreensão psicológica, é uma dimensão bem conhecida das coletividades que se sentem ameaçadas por eventos repentinos, ou ameaças perpetuadas num dado período e lugar (TUAN, 2005, p.10). A ansiedade providencia uma irracionalidade que pode dar lugar a um conjunto de construções mentais, compartilhado ou não, capaz de colocar atores vítimas do mesmo processo temporariamente em lados opostos. Quando isso ocorre, está constituído um ambiente favorável à desmobilização/desarticulação de atores sociais por parte de forças hegemônicas. Em que se reconheça a necessidade de considerar cada caso a parte, nesta linha de compreensão, não é exagero discernir que mecanismos político-ideológicos cooptados por agentes poderosos possuem o potencial de produzir um prejuízo inestimável, e ainda assim, produzir alienação e falsa percepção de vantagens inexistentes ou insuficientes diante de perdas irreparáveis sócio-culturalmente (PEIXER, 1993).

Em outro caso, Fáveri (2005, p.24/55), analisa a guerra de nervos que foi promovida durante a ditadura civil-militar a partir do golpe de 1964. Interrogatórios, prisões arbitrárias, atos contra as liberdades de expressão e de ir e vir, fizeram parte deste cenário de medo e incertezas, experimentado por diversos sujeitos em várias partes do Brasil. Desta forma medos, incertezas angustiantes foram vivenciados em diversos momentos, em lugares distintos e circunstâncias diversas, por diversas coletividades (FÁVERI, 2005; PEIXER, 1993). Portanto, em relação à questão da Segunda Guerra Mundial, bem como em relação ao período da ditadura (1964-1985), as situações de medo e ansiedade estiveram presentes sobre diversos aspectos analisados por Fáveri (2005). A partir de pontos de aproximação que se pode identificar, em correlação com tal constatação da autora anteriormente citada, Peixer (1993), analisa o contexto em que viveram os moradores de Itá, a partir de 1979. As condições de ansiedade e incertezas com fatos e relatos até aquele momento desconhecidos, referentes à decisão de construção da UHE-Itá, tema/objeto do presente estudo de caso. Nisso, para além das modificações e adequações que se pensou necessárias para a implantação desta grande obra de infra-estrutura na cidade de Itá, houve a

necessidade da vinda de pessoas/trabalhadores de diversas partes do país, para a atividade em questão. Neste contexto, o medo do desconhecido, juntou-se às diversas situações de incertezas e ansiedades, relacionadas ao futuro daquela coletividade (PEIXER, 1993).

Em suas pesquisas e análises, Espíndola (2009), elabora suas conclusões a partir do estudo do impacto de grandes obras de infra-estrutura, em particular, as obras de hidrelétricas. Este autor providencia elementos de observação e entendimento sobre as profundas transformações por que passam as comunidades atingidas por estes grandes empreendimentos ditos capitalistas. Em que pese seu interesse especial sobre a forma como os organismos multilaterais e transnacionais se apropriam dos espaços e desalojam/desapropriam coletividades a revelia, e em nome de uma racionalidade monetarista/financista, sua obra também tem importância particular para o trabalho aqui elaborado.

Espíndola (2009, p.30), cita o caso de “atitudes favoráveis-ressentimentos melancólicos”, a conviver num determinado espaço mediante a operação do poder hegemônico sob a lógica capitalista, que convence, ainda que temporariamente, por supostos benefícios, aqueles que mais tarde poderão ter sua percepção de ganhos alterada. Peixer (1993, p.40), elabora compreensão complementar neste sentido, quando captura em seu estudo de caso, o fato de que os sentimentos de beneficiários/atingidos fazem parte de uma construção ideológica das ações impostas, pelos detentores do poder.

Tuan (2005, p.111) admite que o medo possa ser camuflado por aparente calma ou alegria de indivíduos. Portanto, nada assegura que uma interferência sobre um objeto espacial tenha como resultado a satisfação dos sujeitos diretamente envolvidos. Pelo contrário, uma vez que, em Tuan, as paisagens construídas pretendem por ordem ao caos, a tendência é que outras ordens de caos sejam afloradas ou evidenciadas, se a coesão social for rompida. Haja vista os efeitos que empreendimentos desta magnitude possam ter sobre o processo de elaboração-conservação de memórias, coletivas e individuais.

Nesse sentido, apesar de estudo em outra dimensão do saber, Rios (2013), permite entender a relação entre memória e identidade. Fato em que, a memória

coletiva conserva e/ou auxilia na formação do que foi chamado de “comunidade de sentimentos” (RIOS, 2013, p.7). Partindo dessa premissa, a desestruturação de um lugar – paisagem historicamente concebida por determinado grupo, atenta contra a manutenção da integridade cultural, especialmente quando desarmoniza as relações intra-coletivas. A cultura, como elemento central na compreensão dos valores e práticas de determinado grupo – bem como elemento de perenidade de formas de existência, é parte integrante da constituição das coletividades que por ela também pode ser representada. Deste modo, de forma ponderada, poderia ser compreendida (a cultura) como expressão dessa memória e identidade, construída individualmente na relação com o outro e expressa na coletividade (RIOS, 2013, p.4). Isto tem grande importância para a presente Monografia, uma vez que esclarece a necessidade de que responsáveis por relevantes empreendimentos se debrucem a compreender mais profundamente as relações sócio-culturais implicadas em determinada espacialidade, sob transformações operadas por ações exógenas às coletividades.

Foi fato que, no contexto da UHE-Itá, profundas rupturas sócio-culturais estavam por ocorrer. Em Peixer (1993), os elementos de uma profunda transformação por vir, já estavam prefigurados na época em que desenvolveu seu estudo de caso, de acordo com o que acentua:

A legitimação da Usina Hidroelétrica de Itá passou pelo discurso de sua inevitabilidade, conjugado às promessas de "benefícios", entre eles o de uma nova cidade [...], e de progresso para a região. Conseguindo assim aliados importantes nas lideranças locais e em alguns segmentos expressivos como comerciantes, profissionais liberais, entre outros (PEIXER, 1993, p.28).

Tal assertiva acabou por ser confirmada por Espíndola, no que considerou tal fato em seu estudo na seguinte constatação:

Embora o reassentamento de boa parte da população de Itá tenha modificado grande parte das suas relações tradicionais de convivência e sociabilidade, o que valeu, para os habitantes que apoiaram o projeto, foi o ingresso na modernidade: para uma estrutura de vivência que consideram satisfatória no que diz respeito ao bem-estar social (ESPÍNDOLA, 2009, p.30).

Desta forma, o meio natural torna-se apenas um produto, um suporte e resultado (já bem alterado pelos milhares de anos de manipulação humana sobre o ambiente) de profundas transformações a partir das ações antrópicas – em especial, aquelas impetradas por agentes hegemônicos, o que tem se aprofundado com advento dos últimos grandes avanços das ciências. Deste modo homens e mulheres manipulam os meios naturais (naturais segundo os limites do conceito), para neles, ou seja, neste espaço constituído, elaborar sua existência. Entretanto, são os detentores do poder, os grandes atores econômicos – e de capital político – instrumentalizados para capturar o aparato do Estado e os espaços coletivos, são estes que produzem as mais profundas transformações. Tais transformações não ocorreriam, pelo que se constata, sem grande cumplicidade da iniciativa pública, capturada e articulada pela iniciativa privada, em que, não raramente, agentes públicos são corrompidos, manipulados e enredados numa poderosa trama representada por vantagens indevidas, ou por meio de parcerias entre interesses escusos.

Por fim e novamente em Espíndola (2009, p.214/224), numa abordagem sobre a importância em se atentar para o espaço vivido e socialmente constituído, ressalta que a vida social possui uma espacialidade específica e nela se localiza/ concretiza. Na compreensão desse autor, tal espaço socialmente constituído, espaço vivido, existe e se materializa através de elementos de representações (simbólicas, coletivas e/ou individuais), que são elementos da cultura de um lugar. Cultura essa muitas vezes representada pelos diversos mecanismos de auto perpetuação, tais como as memórias e outras instâncias não corpóreas.

Tudo o que foi dito até aqui por estes diversos e renomados autores corrobora para a compreensão e afirmação da convicção de que as coletividades não são consideradas como deveriam, a priori, nos processos de avaliação de viabilidades técnicas – a exemplo de Itá. Quando um grande empreendimento está por ser implementado, a partir de engenhosos estudos de interesse capitalista financeiro, entra em jogo a relação custo/benefício para a nação que justifica os possíveis impactos negativos locais/regionais . De modo que, o valor de uma localidade não é [mais] visto sob a lógica dos que historicamente o usufruem, mas sim, sob outra lógica, que pode advir da exploração do lugar e da espoliação, expropriação, ou até mesmo

marginalização e estigmatização de seus detentores históricos, em alguns momentos colocados em lados opostos e divergentes entre si.

Finaliza-se, deste modo, este breve esforço em verificar os pontos de encontro e convergência entre os diversos autores estudados que se relacionam com o presente Trabalho de Conclusão de Curso. Neste sentido, se tem, portanto, a intenção em “amarrar” os diversos estudos já realizados, e facilitar a construção de uma análise do objeto de estudo específico. Busca-se a inspiração e o impulso intelectual de grandes pensadores e os elementos já destacados a partir destas leituras para o presente estudo de caso. Elege-se justamente estas concepções autorais, para descrever o que se pode notar, na implementação de um grande projeto como no caso concreto – a UHE-Itá, e que, se passa a estudar a partir do que se tornou possível ver - conceber, nas visitas técnicas e nas diversas entrevistas realizadas in loco, na cidade de Itá.

Os autores acima citados foram elencados como referenciais básicos, mas não únicos. Em razão deste fato é que no transcorrer e aprofundamento das reflexões, outros autores foram incluídos para a ampliação dos debates e dos horizontes conceituais deste trabalho acadêmico.

Neste momento reflexivo, mostra-se de suma importância citar os percalços enfrentados, no caminho percorrido por essa pesquisa.

Não foram fato ou acontecimentos naturais, as providências empreendidas para esta busca por informações, sejam documentais ou nos contatos pessoais. As entrevistas realizadas, o levantamento de matérias jornalísticas, ou disponibilidade de informações relativamente específicas para a análise de um estudo de caso como o que se apresenta/empreende neste momento.

Em visita ao CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, foram encontradas algumas reportagens esparsas relacionadas à temporalidade e a espacialidade em estudo nos exemplares de jornais arquivados, referentes ao período pretendido para as pesquisas. A Biblioteca Pública Municipal, em diversos momentos, foi o local em que foi possível encontrar parte dos relatos de notícias pretendidos.

Quanto às entrevistas realizadas, compõem projeto de extensão intitulado – Memória histórico-geográfica do Planalto e Oeste Catarinense, sob a coordenação do Prof. Dr. Marlon Brandt. Sendo que tais entrevistas serão posteriormente

disponibilizadas. Por fim, imagens protegidas por direitos autorais foram deixadas de lado, e imagens autorizadas ou de domínio público, foram providenciadas durante as visitas técnicas para complementar tais lacunas. Tais imagens e recortes de jornais, e mesmo as entrevistas, foram utilizadas em diálogo com o texto. Deste modo, representando recurso de comprovação e materialidade de fatos relevantes passíveis de serem interpretados e incorporados ao conjunto desta produção acadêmica.

Registra-se, em tempo, a colaboração da Secretaria de Cultura de Itá em atender com presteza as solicitações de apoio e acesso à informação. O mesmo se pode perceber no contato realizado com a Secretaria de Turismo de Itá, que disponibilizou importante acervo fotográfico com repercussão direta sobre a amplitude da presente elaboração.

Neste sentido, foi de grande contribuição o acesso a obras de referências, proporcionados pela UNOCHAPECÓ (Universidade Comunitária da Região de Chapecó) – ao seu acervo, bem como à UNOESC (Universidade do Oeste de Santa Catarina) – o que se tornou de extremo valor para o refinamento da pesquisa/leitura de obras de referência. Por fim, constata-se que essa caminhada em busca de fontes e referenciais, fez ampliar a percepção que se tem sobre questão de que a busca pela veracidade dos fatos precisa ser uma atitude perene e perseverante por parte do pesquisador.

2 A ITÁ QUE EU (não) CONHECI

No período do recorte espaço temporal desta Monografia, a população da cidade de Itá, em seu maior número de habitantes, era composta pelos moradores das áreas rurais. Tal situação se mantinha em 1991, segundo dados do IBGE, como em todo o período das duas décadas anteriores, conforme demonstrado na tabela abaixo (Tabela 01).

TABELA 01 – Localidade: Itá – SC, população urbana e rural| Unidade: pessoas

Período	Urbana	Rural
1970	742	6.500
1980	1.067	6.748
1991	1.992	6.504

Fonte: IBGE, Série Estatística

Elaboração: Joel Pereira

Em tempo de acentuado êxodo rural, caracterizado por importante crescimento urbano a partir dos anos de 1970 no cenário nacional, nota-se que Itá, conservava suas características rurais. Isto foi fato a ponto de manter, em certo grau, paridade razoável entre a quantidade de moradores urbanos e rurais por aproximadamente três décadas, conforme a Tabela 01. Pelo que se pode entender, o crescimento da população urbana em relação à população rural (a partir de 1991), somente ocorre em outro contexto: aquele que recebe influência direta ou indiretamente da presença de novos moradores na parte urbana por remoção das áreas rurais ou por pessoas que adotaram a cidade de Itá, como seu domicílio, além do crescimento natural da população de uma cidade com as características de Itá, àquela época.

É relativamente compreensível que a principal atividade econômica de Itá, à época, relacionava-se a pequena propriedade rural, um padrão típico das propriedades do Oeste de Santa Catarina no período (PELUSO, 1970). Também havia o pequeno comércio na sede do município voltado a atender demandas locais (PEIXER, 1993, p. 14). O modo de vida camponês vivenciado e consolidado na cidade em estudo aparece

na fala de diversos entrevistados, tal como nos relatos de Salete Munarini Sartoretto, educadora, falando sobre a paisagem da época e a atividade econômica de Itá:

“[...] paisagem comum do período da colonização, que era o espaço produzido aqui através da cultura italiana e alemã, que desbravou no primeiro momento a madeira e depois replantou, num segundo momento quando vem a agroindústria. Este é o espaço da paisagem desta região aqui. Ela é uma seqüência de toda a colonização do Oeste de Santa Catarina”.

E, ainda, pela mesma entrevistada:

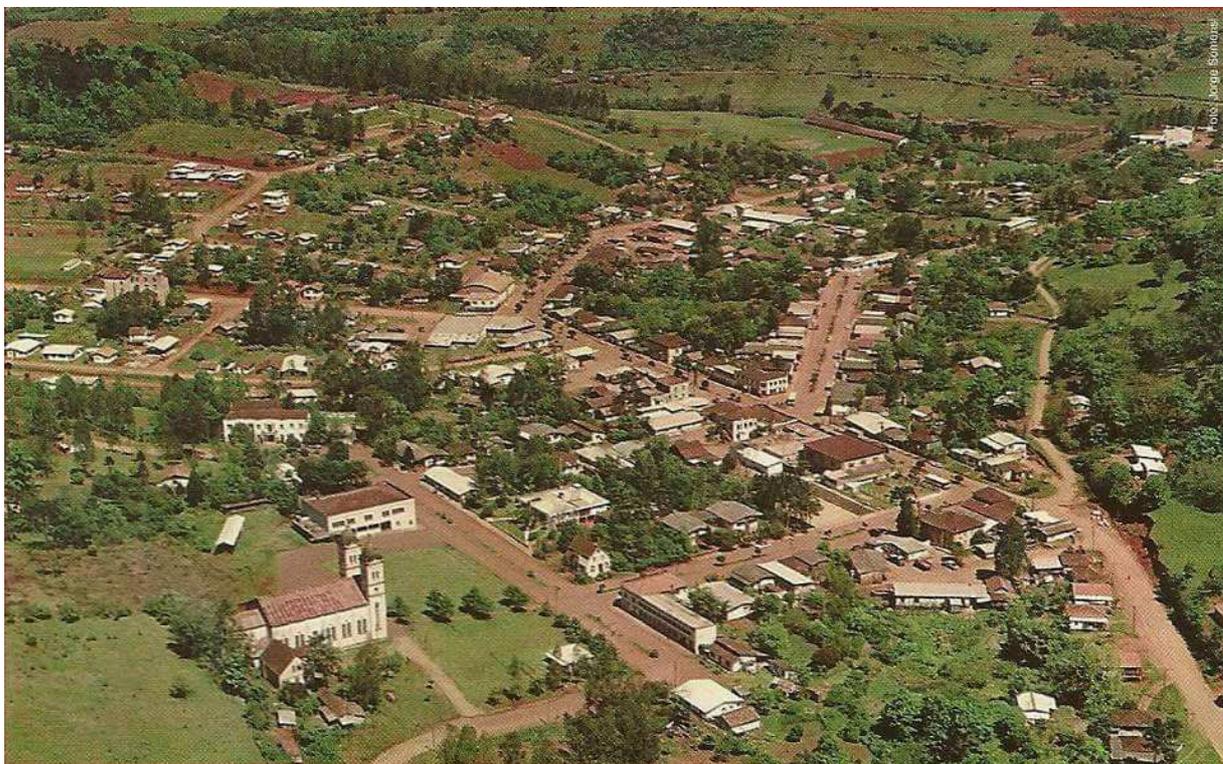
“[...] na época da mudança da cidade era a agricultura e comércio. Não era só a minha família. Era o município como um todo. A agroindústria na verdade, mas mais precisamente a agricultura, o plantio de grãos. Depois mais adiante com a evolução é que veio a agroindústria, aí as grandes empresas entram e começam a criação de suínos, de bovinos e de aves”.

Nisto se nota que os moradores consideram mudanças de modo de vida, manejos e mesmo na questão da paisagem percebida, em relação ao período anterior às transformações ocorridas posteriormente na cidade de Itá.

Outro fato a ser analisado relaciona-se com a configuração espacial da cidade antiga. Em diversos discursos aparece como característica de diferenciação espaço-cultural vista como elemento de desvantagem na comparação com a cidade antiga.

A chamada “Velha Itá”, com sua configuração espacial geometricamente menos alongada e melhor distribuída entre sua largura e comprimento – dimensões horizontais, (sede urbana, em particular), em que se pode compreender, em princípio, permitia uma dinâmica territorial e mobilidade facilitadora ao modo de vida sócio-culturalmente elaborado no local (Figura 02).

Figura 02 – Arranjo espacial da Antiga Itá, s.d., possivelmente fins da década de 1980.



Fonte: Secretaria de Turismo de Itá-SC.

Comparando a imagem anterior a uma imagem de satélite mais atual, fica evidente a condição imposta pelo relevo⁵, quanto ao arranjo espacial da “Nova Itá” (Figura 03). Neste sentido, mesmo que a imagem de satélite seja mais recente, permite compreender que a realidade da dita “Nova Itá”, em termos de arranjo espacial, permanece a mesma desde que foi constituída, pois se orienta a partir de sua própria localização geográfica e condição topográfica.

⁵ De acordo com os apontamentos de Peixer, (1993, p.44/49).

Figura 03 – Imagem por satélite da cidade de Itá-SC.



Fonte: Google Earth Pro, versão 7.1.8.3036 (2017). Elaboração: Joel Pereira.

Tem-se, portanto, a “Velha Itá”, como resultado de longo período de apropriação e de vivência no espaço em que esta comunidade se instalou e elaborou sua existência. Uma cidade com ruas com calçamento baseado em pedras de origem basáltica nas áreas centrais, em que se pode compreender que a principal finalidade era a circulação de alguns veículos e de pessoas, produto do seu tempo e de sua condição predominantemente agrícola (Figura 04).

Figura 04 – Antiga Itá, característica do arruamento, s.d., possivelmente início da década de 1990.



Fonte: Secretaria de Turismo de Itá-SC.

Compreender esta paisagem é importante para se perceber como a recriação de um (novo) espaço possui dificuldade em representar valores importantes de uma comunidade. E ainda, por vezes tais adequações resultam em proposição implícita de uma nova maneira de circulação-uso e apropriação do lugar em que se vivencia o cotidiano individual e coletivo. Uma nova funcionalidade que pode induzir indivíduos ao isolamento social.

Outro fator local é representado pelo Rio Uruguai que ao longo de sua história regional serviu para o transporte de madeira e de pessoas/cargas, bem como fonte de extrativismo animal, através da prática da pesca.

De fato, no contexto da atuação do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens se reconhece, segundo citação de Espíndola (2009, p.121), a existência de pescadores dentre os grupos atingidos pelo empreendimento hidrelétrico em estudo.

Esta caracterização da paisagem geográfico-cultural em relação à Itá demonstra a relação desta cidade com sua constituição territorial, da qual o Rio Uruguai era parte integrante. Tipifica-se em dois casos esta relação, que se materializa em apropriação, concepção do lugar, não somente no caso do Rio Uruguai, mas com a localidade em geral. Formas de pertencimento, de apropriação-rejeição ao lugar são partes comuns do discurso dos que constituem suas existências sob forte relação de contato com a natureza, no espaço habitado (TUAN, 1980). Tal se verificou no discurso de um morador da cidade antiga, relatado por Peixer – em que se compara, em tom depreciativo, a localidade escolhida para a construção da “Nova Itá” a “uma lomba de Cavalo” (PEIXER, 1993, p.44).

De igual modo, a relação com o Rio Uruguai ressurgiu de forma um tanto nostálgica e ao mesmo tempo de apropriação, no apelido afetivo aplicado ao Rio Uruguai – Rio Touro. Nos trabalhos de campo, em função da presente elaboração acadêmica, se registrou esta relação com o lugar da parte de moradores de Itá, se materializa nas falas em entrevistas. Desta forma, Salete Munarini Sartoretto, recorda que:

“[...] ele foi um rio que marcou muitas vidas. Porque a colonização aqui de Itá, e toda essa região, ela vem com um percalço que era o Rio Uruguai, porque a nossa colonização ela vem do Rio grande do Sul. Das famílias do Rio Grande do Sul. Então, o Rio Uruguai era a travessia para esse novo mundo. Como se fosse a América, não é?”.

Outro entrevistado, Aquino Brustolin, antigo trabalhador em cerâmica, destaca:

“[...] porque esse rio ai eles chamavam de Touro. Quando dava uma chuva ele enchia e estourava para as beiradas. Viu-se que o pessoal mais velho queria ver fechar, né? E foi, e conseguiram fechar”.

Portanto, o Rio Uruguai, como toda espacialidade local, era marcado por uma percepção de identidade, pertencimento, com fortes laços afetivos com o lugar. Nisto, já a partir de tais constatações, retomando-se as contribuições de Espíndola (2009, p.146), se pode compreender que no estágio atual do capitalismo, o sentido de propriedade privada torna-se fluido, tendo em vista que dela, e a qualquer momento,

forçadamente, comunidades inteiras podem ser desapropriadas por interesses público/privados – articulados e aparelhados para remodelar os espaços geográficos sócio-culturalmente vivenciados.

A partir desta caracterização geográfica inicial, se pode pensar em como foi, para os itaenses, o período antecedente à implantação e operação da UHE-Itá.

2.1 ITÁ – SOB O EFEITO DAS PRIMEIRAS NOTÍCIAS DA POSSÍVEL CONSTRUÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA

As primeiras notícias dando conta de que no Rio Uruguai seria construída uma Usina Hidrelétrica pairavam como algo aparentemente distante, quase como uma utopia. Eram vozes esparsas, como os jornais, que noticiavam que haveria profundas modificações no panorama geográfico da região do Alto Uruguai. No diálogo com os moradores, as recordações demonstram no que se pensava: que tudo não passava de boatos, em meados dos anos 1970.

Procurando identificar a gênese de como o processo de instalação da UHE-Itá ocorreu – em que se possa registrar o desconhecimento de parcela dos moradores da cidade, pode-se reconhecer que tal processo inicia-se com o mapeamento do consórcio CANAMBRA, já citado.

Refletindo uma tendência que se consolidava, o projeto de exploração hidrelétrica do Rio Uruguai é encampado pelos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul através de suas agências de energia articuladas com o projeto do governo federal. Como exemplo, cita-se a CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina (SC), e a CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica (RS), inicialmente Comissão Estadual de Energia Elétrica⁶ (ESPÍNDOLA, 2009). Convém ressaltar que a CELESC, neste tempo, era responsável pela produção de energia elétrica no Estado de Santa Catarina. Sobre a CEEE, neste tempo, era a responsável pela produção de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Sul (ESPÍNDOLA, 2009, p.113).

⁶ Informações obtidas no site do atual Grupo CEEE

O que se pretende destacar é como essas convergências de interesses contribuíram para o que resultou, ainda nos anos 1970, nos inícios dos trabalhos voltados para a perspectiva de construção da UHE-Itá. Convergindo com o que se procura compreender aqui, relata uma moradora de Itá, Dirce Dininski, hoje com 51 anos, conforme segue:

“[...] que nem eu falei, eu ia na escola, foi no ano 75, eu vinha da escola encontrei barrageiros, que diziam naquela época que eram barrageiros que estavam fazendo pesquisa no rio, é...com binóculo, com tripé, e negócios mais modernos deles, olhando, né, fazendo a análise do rio, vê se dava uma barragem, se não dava né, comentei com minha mãe, minha mãe mandou eu me calar, que eram coisa que não era pra falar com ninguém, o povo não ia gostar, e eu ia fica como uma pessoa mentirosa [...]. Começaram a vir mais gente, mais gente e mais gente [...], e aí que foram vendo que ia sair alguma coisa, mas ninguém acreditava o que ia acontecer”.

O conceito de barrageiros transparece na fala da entrevistada mencionada anteriormente como um vocabulário comum atribuído a qualquer pessoa envolvida no projeto e construção da UHE-Itá, não sendo morador original da cidade de Itá. Ampliando tal concepção, esclarece Espíndola (2009, p.119):

Dentre os realizadores das empreitadas encontram-se desde grandes empreiteiras responsáveis pela construção de vias de transporte, das linhas de transmissão e das próprias barragens, até fornecedores de entretenimento ilegal, como cassinos e casas de prostituição. Muitos destes serviços tornam-se atribuição de pequenas empresas e trabalhadores comumente denominados — barrageiros.

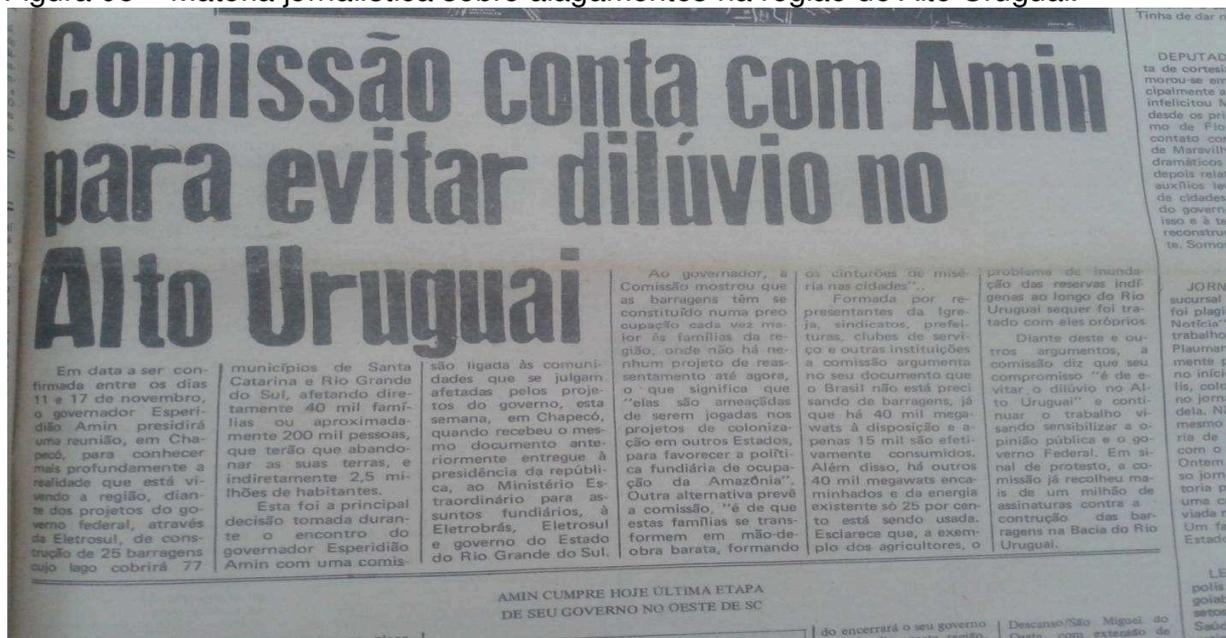
Nota-se indubitável relação entre o que a entrevistada citada anteriormente relata e o que estaria por ocorrer, a partir dos anos de 1970. Corroborando com tais constatações primárias, PEIXER (1993, p.37), relata em seu trabalho que:

Em setembro de 1979, O presidente da ELETROSUL foi a Itá, participar de uma reunião geral com a população e com seus representantes. O objetivo desta reunião seria informar a população sobre a hidroelétrica. Ele foi recebido com faixas e cartazes pedindo a mudança do eixo da barragem, inclusive numa destas faixas estava escrito "setembro negro de Itá", representando o estado de ânimo da população local, que já sabia do alagamento da sede.

Portanto, por inferência natural, pode-se constatar que os estudos feitos por engenheiros e agrimensores já se encontravam em fase relativamente avançada. O que justificaria a presença de um membro do alto escalão da ELETROSUL – Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A, na cidade de Itá, em 1979.

Ainda durante o ano de 1984, setores da política Estadual, mobilizaram-se, em relação aos empreendimentos hidrelétricos no Oeste de Santa Catarina, conforme as notícias em jornais da época. Como se pode ver na seguinte matéria abaixo (Figura 05), ainda em Setembro de 1984, conforme segue, com forte sentido contrário às obras na região do Oeste Catarinense. A reportagem aponta a esperada visita do então governador do Estado de Santa Catarina, Esperidião Amin. Sob metáfora "dilúvio no Alto Uruguai", a reportagem assevera que a pretensa construção de 25 barragens na região, traria como resultado, o afetamento de 77 municípios de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, atingindo 40 mil famílias (em torno de 200 mil pessoas), e indiretamente 2,5 milhões de habitantes do Oeste Catarinense e Norte Gaúcho. Uma notícia com potencial para despertar grandes antagonismos em relação aos interesses energéticos do governo federal através da ELETROSUL para a região.

Figura 05 – Matéria jornalística sobre alagamentos na região do Alto Uruguai.



Fonte: Jornal Diário da Manhã, 26 set. 1984.

Na medida em que a pressão aumentava, por uma reconsideração dos projetos hidrelétricos por serem implementados, os atores políticos representantes de projetos ideológicos contrários também passam a fazer parte do contexto. Justo no momento em que o Brasil estava se direcionando para a abertura política pós-golpe civil-militar de 1964, em que os instrumentos de repressão ainda estavam em atividade. Neste sentido, as manifestações políticas contra o governo federal não eram bem vistas (FÁVERI, 2005, p.24). Ao mesmo tempo em que os recursos financeiros tornavam-se escassos para manter os ritmos das obras de acordo com os planos previstos (ESPÍNDOLA, 2009, p.153; PEIXER, 1993, p.109). As análises destes dois autores citados anteriormente contribuem para a compreensão de que entre o início das obras da UHE-Itá e os anos de 1985, houve escassez de recursos que ameaçaram a continuação das obras, em que pese o modelo praticado baseados em empréstimos de organismos internacionais.

A expectativa formada em razão da iminente visita do Governador Espiridião Amin à Chapecó, para tratar das possíveis conseqüências do dito aproveitamento hidroenergético no Oeste de Santa Catarina, era recorrente.

Em Novembro do mesmo ano, os prefeitos da Região da AMOSC – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina, já haviam se manifestado contrários ao dito aproveitamento hidroenergético, segundo a matéria de jornal (Figura 06). Nesta matéria jornalística, registra-se que os prefeitos da região apontaram que o Brasil já possuía energia suficiente, o que tornava desnecessário o empreendimento em foco.

Figura 06 – Matéria jornalística em que a AMOSC se mostra contra as barragens.



Fonte: Jornal Diário da Manhã, 21 nov. 1984, p. 01.

Por interesses ou não, o que era esperado, se confirmou, em 22 de novembro de 1984: o Governador Amin (Figura 07), se declara contra o que se havia intitulado como ‘dilúvio no Alto Uruguai’. Tal fato não alterou significativamente os rumos das obras na cidade de Itá, em andamento já naquele ano. Mas, se analisando o conteúdo político das declarações, se reconhece o efeito de forçar discussão sobre o tema.

Tal fato, em tese, pode ter contribuído para maior impacto das notícias sobre a percepção das pessoas sobre a magnitude do problema em questão, caso, de fato, o projeto em curso pelo governo federal na região do Alto Uruguai realmente se concretizasse.

Alusões tais como a um “dilúvio” reportavam-se ao contexto geral do inventário energético regional por ser aproveitado, e todos os alagamentos oriundos do mesmo.

Por si, a posição de um Governador do Estado já teria um efeito político forte, no sentido de despertar a atenção das mídias da época. Os discursos reproduzidos de forma recorrente possuíam potencial de forçar negociações em melhores condições em favor dos municípios a serem atingidos. Dentre os quais, estava Itá, envolta a impasses de paralisação das obras e retomada, por possíveis dificuldades nos recursos federais. Tais paralisações por falta de recursos foram citadas também nos discursos dos moradores entrevistados, em diversos momentos, baseados em suas percepções comuns.

Portanto, firma-se como fato que órgãos de notícia se apropriaram do grande tema dos anos de 1980 – a construção de 25 barragens (segundo a manchete acima: Amin diz hoje se é contra as barragens) na Bacia do Rio Uruguai. Em mais uma de suas contribuições Fáveri (2005, p.47), permite compreender o papel que, por vezes, a imprensa assume, a provocar o que chamou de clima de suspeição, quanto ao papel dos organismos de notícia durante o período em que o Brasil experimentou estado de guerra contra a Alemanha. No caso citado por Fáveri (2005), a autora destaca o potencial da mídia em despertar a desconfiança entre atores de uma mesma trama. Nisto, práticas e expressões passam por leituras individuais e coletivas de caráter emotivo movidas, em geral, por ideais já consolidados e geralmente antagônicos. De forma semelhante, percebe-se o mesmo em Itá. Neste contexto considera-se produto natural deste processo as desconfianças entre as pessoas que apoiavam e as que

eram contrárias às obras da UHE-Itá, bem como entre parcela da população e os agentes estatais/privados implementadores do grande projeto de infra-estrutura em curso na época na cidade de Itá.

Figura 07 – Matéria jornalística destaca que o Governador se declara contrário aos empreendimentos hidrelétricos na região.



Fonte: Jornal Diário da Manhã, 22 nov. 1984, p.06.

Tal fenômeno midiático, também pode ter contribuído para maior apreensão de todos os atores envolvidos, no caso concreto em estudo, quanto a instalação e operação da UHE-Itá, apesar de que, nesta pesquisa, esta é uma constatação indireta, visto que no tempo das notícias aqui evocadas, como já se reconheceu, as obras na cidade de Itá, configuravam-se como fato consumado.

2.2 ITÁ – SOB OS EFEITOS DAS INCERTEZAS E DO MEDO

A pequena cidade de Itá, selecionada para ser o local do início de um longo processo de aproveitamento energético da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai possui importância fundamental. Ela se insere num contexto de transformação e do pretendido

progresso econômico, que precisa ser compreendido sob diversos ângulos de observação analítica.

Num esforço por recuperar dados e informações já escassas, recorrendo-se a informações esparsas, procura-se reconstruir elementos de memória que a própria história oficial, por vezes, parece renegá-la ao esquecimento, ou diminuir a importância de certos aspectos do cotidiano da época. Entretanto, na presente análise, se procura trazer à tona tais aspectos. Indagações sobre como transcorreram os processos que resultaram no que se tornou Itá. Neste sentido, em particular, a partir da convicção que se formou sobre seu futuro alagamento/desaparecimento em razão da construção de um grande lago de represamento, associado à barragem. Aspectos tais como cotidiano, memória, pertencimento, dentre outros, interessam a este estudo dentro da Geografia – privilegiando aspectos culturais desta vivência experimentados no passado, de certa forma, ainda presente, que se procura elucidar.

Reconhecendo-se que a idéia de progresso possui o poder de impacto relevante sobre a imaginação coletiva no mundo capitalista, sabe-se da necessidade de desnaturalizar os transtornos trazidos a esta pequena comunidade, no contexto deste grande empreendimento

Predominando, inicialmente o medo, em razão do desconhecimento sobre o que seria uma Usina Hidrelétrica, e de como seria ter o rio alterado em suas características, com a formação de uma grande área de alagamento – incluindo toda a área urbana de Itá, as reações, segundo se constatou, foram as mais diversas.

Permite-se, em Montaigne apud Delumeau (2009, p.16), compreender, desprezando qualquer idéia reducionista ou determinista, que - alguns grupos, em razão do modo de vida concebido a partir das coisas mais simples da vivência do cotidiano, possuem um espectro de compreensão dos fatos e novidades mais estreito. Possuem maior dificuldade em compreender linguagem de notícia e de informações de caráter técnico.

Na formação de um discurso legitimador das ações a serem impetradas na localidade de Itá, a comunidade se fragmenta, há uma ruptura das relações no tecido socialmente elaborado no lugar. Nesta perspectiva, aqueles que se mostraram a favor das obras passaram a serem vistos como pessoas progressistas. Entretanto, aqueles

que não aceitaram com naturalidade, em particular, os moradores rurais – que eram em maior número, foram vistos como atrasados.

O discurso do progresso, assumido pelos próprios itaenses, divide e inimiza os membros da comunidade entre si, no que se perde a percepção do “outro” como parte de si mesmo, colocando os contrários ao projeto hidrelétrico como inimigo, adversário do que se considerava ser o progresso. Desta forma, este entendimento estabelece conexões com a reflexão de Delumeau (2009), na perspectiva da criação de mocinhos e bandidos. Em contexto semelhante, o que Fáveri constatou – quando de suas análises sobre a Segunda Guerra Mundial, bem como sobre o período brasileiro da ditadura militar, repete-se sobre a cidade de Itá (FÁVERI, 2009, p.24). Veja o que relata uma senhora entrevistada, moradora da cidade antiga, Dirce Dininski, quanto ao que se constatou também em Itá, em que relembra:

“[...] meu pai sempre foi, assim, participava das comunidades, sempre era conselheiro, assim, que participava nas comunidades. Sempre ele, era na verdade, o presidente da comunidade, puxava, ele que convidava todas as pessoas da comunidade pra tal dia do trabalho, na reunião da barragem, eles diziam na reunião da barragem, isso tudo, dava briga nas reuniões, dava briga de se baterem um no outro, porque um aceitava outro não aceitava, outro queria de um jeito, outro não queria daquele jeito”.

Adiciona-se a isto o fato de que até mesmo as relações de vizinhança foram desfeitas, a partir da realocação dos primeiros moradores para a cidade nova – período em que coexistiram duas cidades. Moradores vizinhos na “Velha Itá” foram alojados em locais diferentes. Dentre outros desafios, isso acabou por prejudicar os laços de vizinhança. Tais fatos possuem intensa co-relação com as constatações de Peixer (1993, p.64-65, 67), ao identificar elementos de formação/distribuição espacial como fatores de interferência na manutenção das relações de vizinhança no caso de Itá – sob esta análise, uma das imagens realizadas no perímetro da cidade, permite compreender parte deste novo arranjo urbano de Itá (Figura 08).

Figura 08 – Perfil longitudinal e ondulado da cidade de Itá, em 2017.



Fonte: Joel Pereira.

Tais laços já se preanunciavam ameaçados por outras duas em razões: pelo fato de que parte dos moradores foi reassentada em outras cidades dos três estados do sul – Paraná, Santa Catarina e Rio grande do Sul (KÖLLN, 2010, p.6), bem como pela mudança gradual dos moradores, de acordo com os relatos de um entrevistado, Jean Batista D' Alascio, , engenheiro agrônomo, em que diz:

“[...] houve ali, entre, de 81 a 99, são dezesseis, dezessete anos, tempo foi grande, e isso no plano de mudança era de seis meses. A hora que vier, tá pronto, seis meses, todo mundo vem pra cá, e eles desmancham. Isso não houve”.

Os transportes eram precários entre as duas espacialidades coexistentes, isto é, entre a cidade que estava em demolição e a cidade que estava em construção. Os serviços necessários ficaram espalhados entre as duas áreas territoriais – serviços tais como saúde, educação e o comércio em geral. Fatos estes que, por dificuldade de acesso e distância entre os serviços, contribuíram para uma condição de incerteza e de

medo – enquanto ansiedade, no entendimento de Tuan (2005, p.10). No contexto de incerteza, pessoas abandonaram a própria existência, como o seguinte relato de Aquino Brustolin, trabalhador em cerâmica da cidade antiga:

“[...] pra começar que um vizinho meu morreu dentro da casa. Não queria sair da água. A água subindo ele não morreu [...]. Ele ficou preocupado, não queria sair e mesmo assim ia morrer dentro da casa. E quando a água começou a pegar na casa, deu um enfarto e já ele morreu”.

Com a demora das obras⁷, pelo fato de que houve tempo de paralisações e retomadas dos trabalhos da UHE-Itá, comerciantes faliram por falta de perspectiva de indenização por melhorias que viessem a ser implementadas nos negócios, ou por impossibilidade de continuidade da atividade no novo espaço urbano. De fato, negócios foram a falência por causa da demora do processo – entre o início das obras e a conclusão e remoção de todos os moradores. Tal como aparece nos relatos de Marta Bender Sartoretto, engenheira civil:

“[...] quem perdeu bastante foi a geração, a geração do meu pai, é, uma geração que estava...que na época era economicamente ativa, né, e eles, na verdade, com essas indecisões, que ficou muito tempo a obra paralisava e começava, os negócios, né, eles não investiram, ele não investiu nos negócios. Eles não procuravam fazer coisas diferentes ou melhorar, porque esperando uma realocação. Então eles paralisaram, eles ficaram estagnados, e aconteceu que muitos foram a falência, após a realocação, né. Então, inclusive meu pai, né, aconteceu isso”.

Relato semelhante aparece na fala de Aquino Brustolin, em que sua família possuía uma empresa de cerâmica, à época, como se registrou:

“[...] cobriu o barro né, acabaram os banhados. Os banhados eram na barranca do rio, né. Cerâmica acabou em Itá. Daí ficamos aqui, um trabalhava de peão, uns saíam, nós éramos em nove irmãos, né. Dai uns saíram fora, outros ficaram por ai. Levando a vida, trabalhando de peão”.

⁷ Considere-se o período que transcorreu entre a apresentação aos moradores de Itá, pela ELETROSUL, dos planos sobre a nova cidade, ocorrido em final de 1981 (PEIXER, 1993, p. 46), e a total realocação dos moradores ocorrida em 1997 (ESPÍNDOLA, 2009, p. 175).

Pessoas precisaram mudar seu meio de trabalho, seu modo de sobrevivência. O modelo de atividade consolidado historicamente, se torna incompatível com o novo contexto urbano⁸.

Constata-se que, como já foi dito, adequações e novas propostas de arranjos espaciais não acomodam naturalmente o ânimo das pessoas, quando seus valores sócio-culturais são postos a margem por decisões e proposições tecnicistas e arbitrárias. De tal modo isto foi emblemático no contexto de Itá, que mesmo as novas moradias não representavam os valores culturais de vários moradores da cidade dita “Velha Itá”.

Os descontentamentos foram bem descritos pela entrevistada Marta Bender Sartoretto, que recorda os fatos no que diz:

“[...] o pessoal daqui era de colonização alemã e italiana, né, e eles tinham um tipo de vivência familiar. Então, a vivência familiar era na cozinha, né, dizer, a gente, é, se reunia todo mundo ao redor do fogão, ao redor da mesa. A sala era mais um enfeite, né, é, quando recebiam as visitas importantes recebia na sala, mas quando eram pessoas amigas, era...todo mundo recebia na cozinha. Então as cozinhas eram grandes. E quando foram feitos os novos projetos, é, os técnicos vieram do litoral, a maioria era do litoral, de Florianópolis, né, é, arquitetos, né, engenheiros, e eles tinham uma outra concepção de convivência. Lá no litoral era diferente. Então eles faziam projetos mais relacionados à idéia que eles entendiam de convivência familiar. Então, e, acabou que começou dando alguns problemas porque a própria população não entendia muitos projetos”.

Em outra narrativa, o entrevistado Jean Batista D' Alascio, descreve com propriedade parte do sentimento em geral da comunidade em relação às mudanças ocorridas, em razão das alterações sócio-espaciais implementadas. Nisto considera as perdas irreparáveis ou incapazes de serem compensadas em razão do sentimento de apego ao lugar, em que diz:

“[...] claro que a perda, o sentimento de perda, porque tudo tinha um valor. A casa tinha um valor, o terreno tinha um valor, as benfeitorias,

⁸ No caso da atividade com cerâmica, tal ocorreu, em razão de que o acesso à beira do Rio Uruguai, de onde se retirava o barro, passou a ser restrito.

tudo aquilo ali tinha um valor econômico. Agora, ah, o sentimento de tu comprar aquilo ali, isso não, não paga. Tem dinheiro que pague. Então, eu, por exemplo, ah, eu comprei minha casa lá, e, o terreno, o solo que eu tinha lá era melhor do que esse que eu tenho aqui hoje”.

Em outro caso semelhante, a entrevistada Marta Bender Sartoretto relata o que segue:

“[...] a minha avó, por exemplo, porque, ela morava, é, numa, numa avenida, que passava todo mundo na frente, embora era uma cidade pequena, e ela conversava, e na escolha do novo terreno ela acabou ficando numa rua, num lugar isolado, que ninguém, que ela não conseguia conversar com ninguém, então os idosos sofreram um pouco com essa mudança”.

Nisto, percebe-se o que, segundo se pode compreender a partir das contribuições de Espíndola (2009, p.30), que os sentimentos de ganhos se confundem com as perdas irreparáveis ocorridas. Não são simples rearranjos espaciais, mas de fato, um desmonte do sentimento de pertencimento e das relações de vizinhança, constituídos a partir de um lugar de vivência, lócus da mais profunda e imensurável relação entre o homem e seu meio.

Em momento intermediário, tudo parecia inspirador de novos ares para uma cidade que, aparentemente, não possuía muitas perspectivas futuras, para além de ser uma cidade predominantemente agrícola, e mais especificamente ligada a atividades da agricultura de subsistência. Entrementes, seu núcleo urbano, como suporte das atividades desenvolvidas por toda a comunidade, até então relativamente solidário com as atividades econômicas predominantes – incorpora o discurso do progresso, e torna-se avesso aos interesses da maioria rural itaense, característica econômica marcante, à época.

Neste contexto a dicotomia improvisada nos discursos incutidos subliminarmente na concepção dos itaenses sobre beneficiários-atingidos, perde o sentido de ser, no que Peixer conceituou como Utopias de Progresso (PEIXER, 1993). Passa a ser um improvisado temporal, até que cada um dos ditos beneficiários reelabore o luto oculto que não teve ocasião para ser exprimido, em tempo. Logo, não foi difícil perceber, em dado momento e em cada fala de todos os entrevistados, a percepção, agora memorável,

de que houve perdas diversas nos aspectos espaciais, culturas, sociais e econômicos advindos da implantação da UHE-Itá. Seu ônus, evidentemente, a ser pago, preferencialmente, pela população local. Em especial, o preço pago pela geração que vivenciou mais de perto tais alterações no tecido sócio-espaco-culturalmente elaborado na espacialidade em estudo, que custou a vida de pessoas que morreram no contexto da irreversibilidade do projeto em construção⁹.

O empreendimento técnico teve como efeito mais amplo, um impacto na paisagem sócio-cultural de Itá, que resultou em profundas alterações – choques culturais, o cotidiano dos itaenses, bem como as relações com estes novos moradores e suas demandas, se mostraram conflitantes. Elias (2000), discorre sobre a temática da questão do mutuo reconhecimento ou atitudes excludentes entre indivíduos que compartilham uma mesma espacialidade. Em seu estudo o autor (ELIAS, 2000), constatou uma relação de animosidade entre moradores que se poderia dizer, entre os mais antigos na localidade e moradores mais recentes. Caso em que percebe-se, no estudo da cidade analisada pelo autor, constantemente, o uso de termos como "nós" e "eles" para estabelecer fronteiras sociais de inclusão e exclusão entre indivíduos, que, apesar de compartilhavam do mesmo lugar, possuíam origens diferentes.

No autor supracitado se destaca que os menos favorecidos sócio-economicamente eram os moradores mais recentes. Nesse caso, de certa forma, estabelecia-se na cidade analisada uma apropriação diferencial dos espaços locais. Convém destacar que em Winston Parva, mesmo moradores que possuíam uma condição sócio-econômica melhor, dividiam-se. O mesmo ocorria entre indivíduos de menores condições sociais (ELIAS, 2000, p.51-52). Noutro caso, mesmo questões de caráter comportamental, mostravam-se como elementos suficientes para "dividir" as pessoas pelas relações de costumes diferenciados, ainda que tais reações não se possam generalizar (ELIAS, 2000, p.62-69). Em análise profunda sobre as implicações de toda esta trama sócio-cultural e econômica, nota-se contradições impostas pelas relações de poder e estigma no interior das sociedades ditas capitalistas.

⁹ Sobre as condições emocionais e de saúde(e suas conseqüências), em relação às pessoas afetadas mais profundamente pela implementação de barragens, incluindo o caso da UHE-Itá, ver Lenhardt (2017).

No estudo de caso realizado por Elias (2000), encontra-se convergência com as constatações de Peixer (1993), que se tem apontado neste estudo de caso – sobre a UHE-Itá. Neste sentido transparece como fenômeno recorrente o fato de que diferenças sociais/econômicas separam pessoas, mesmo quando fazem ou passam a fazer parte de uma mesma coletividade. No caso de Itá, de acordo com Peixer (1993), casas de meretrício foram instaladas – supostamente, para atender às necessidades dos ditos barrageiros e (provavelmente) diminuir uma possível tensão social local; os bares passaram a serem freqüentados pelos operários/barrageiros, o que representou certo assombro para a população de Itá, em especial, à população feminina local, que teve sua liberdade temporariamente sob a tutela do medo e do preconceito (PEIXER, 1993, p.93 e 95). O medo do outro se materializa nesta nova paisagem – paisagem do medo, das incertezas e da ansiedade, e até mesmo de conflitos entre indivíduos, em condições de tensão extrema (FÁVERI, 2005, p.54-55; TUAN, 2005, p.214). Como afirma Peixer (1993, p.93):

As mudanças no cotidiano, percebidas com a chegada do "outro", gera momentos de instabilidade para os moradores, de redefinição do "seu" espaço social, dos usos e apropriação destes. Os estranhos hoje formam maioria em Itá, principalmente na Itá velha. Os itaenses foram dividindo seus espaços públicos, os bares, as ruas, o comércio com as pessoas de fora. Esta perda de espaço é mencionada freqüentemente nos discursos.

Uma paisagem alterada de forma relativamente drástica, em curto período de tempo – tempo de implantação/consolidação do canteiro da obra, tem como produto, uma série de transtornos para os moradores históricos de Itá – aqueles que pagaram o maior preço, como já exemplificado. O estranho, “o outro” aqui, no sentido das discussões de Elias (2010), ocorre na relação entre os estabelecidos e os outsiders, no caso em estudo representados por pessoas com sotaque diferente, com tonalidade de voz diferente, com cor da pele diferente do biótipo europeu predominantemente na constituição histórica de Itá, em parte, fruto do seu isolamento sócio-cultural – composta basicamente, como já foi mencionado, por colonos de origem alemã e italiana. Entretanto, e curiosamente, como já foi reconhecida em outra parte deste trabalho, a ambigüidade dos sentimentos sobre o que beneficia ou não, dividiu, desarticulou e, em

parte, desmobilizou a pequena comunidade com então pouco milhares de moradores, em sua maioria de pequenos agricultores, como já foi citado. Junte-se às constatações até aqui apresentadas, fatos tais como a depreciação da cidade, tanto em seus espaços públicos quando nas residências particulares. Relatos de moradores apontam para um período em que a cidade torna-se fantasma, em sua estética, o que caracterizou um momento de paisagem do medo que se confunde com abandono (TUAN, 2005).

Compreende-se que, como medida de planejamento da implementação das obras da UHE-Itá, necessitava-se de realizar a demolição/remoção das construções que ficariam submersas. Isto, em parte, explica os procedimentos implementados pela Prefeitura de Itá, no período, quanto a remoção/demolição de todos as bem feitorias, e mesmo desmanche das obras de infra-estruturas antigas, como se pode notar em imagem abaixo (Figura 09).

Figura 09 – Antiga Itá sob avançado processo de remoção de edificações, s.d., possivelmente em meados da década de 1990.



Fonte: Secretaria de Turismo de Itá-SC.

Importante observar na imagem anterior longo período transcorrido entre o início das obras e a remoção dos moradores. Houve tempo suficiente para a natureza se recompor parcialmente, em sua própria seqüência de regeneração. Destacam-se as ervas rasteiras e pequenos arbustos que nascem e incorporam-se à paisagem por ser

alagada, na formação do lago da represa e o objeto arquitetônico – as Torres da Igreja, que mais tarde seria incorporada à paisagem turística da cidade de Itá, em certa medida, um “[...] espaço mítico” (MELLO, 2003, p.70), pois se encontra despido das atribuições originais.

A paisagem do abandono tem características próprias, em que se faz presente tanto as representações de passado recente quanto a esperança de uma nova história, ou recomeço.

Neste sentido, convém registrar o que recorda o entrevistado Jean Batista D'Alascio, como segue:

“[...] se falava que a cidade estava abandonada. Isso a mídia vinha pra cá e mostrava. Ai, assim ó, a, que ainda tinha moradores que estavam morando na cidade, mas a prefeitura já estava arrancando o calçamento. Porque na cidade velha as ruas eram calçadas com pedras irregulares, não eram asfaltadas, não eram, a, outro tipo de calçamento. Eram as pedras, pedra basalto ai que era cortado, e era pedra irregular, tá. Então, eles começaram a arrancar aquilo ali pra calçar a, outros locais. Então, foi levado pedra, arrancavam a rua, a rua ali, passavam máquina da Prefeitura, recolhiam aquelas pedras, ainda tinha gente morando”.

Na continuação da fala deste entrevistado, o mesmo relata o seguinte:

“[...] e aquilo começou a ficar desbotado, entendeu, começou a ficar desbotado. Então, começou a, olhando o visual, não era bonito. O jardim, o jardim tava mal tratado, ah, tá morrendo, ai, ninguém investia naquilo ali, entendeu? Ninguém fazia esse melhoramento, a cerca tava caindo, casa, ah, isso ai não adianta, isso ai, pra quê que eu vou gastar, e, né, o muro tá meio quebrado, porque eu vou consertar isso ai. Porque vou fazer uma cerca, porque que fazer uma calçada, pra que, né”.

Entende-se, portanto, em Itá – na “Velha Itá”, no contexto da Hidrelétrica, se constituiu uma paisagem inóspita, imprópria, em que predominou a incerteza e a ansiedade em suas diversas formas. Um lugar que se auto negligencia, desafia o sentimento de “apego a um lugar” (TUAN, 1980, p.112), pelas perdas dos elementos próprios de seu aspecto humanamente consolidado – que até então, representava como que um pedaço de cada morador. Em última análise, a demolição do local

elaborado pelos pioneiros moradores poderia se constituir num ato de transgressão à memória do lugar.

No que se reconhece nestas transformações na paisagem percebida, Mello (2003), permite compreender o impacto que tais medidas de gestão de espaços públicos têm sobre as representações. Nisto, este autor (MELLO, 2003) contribui acentuadamente nesta discussão ao compreender que elementos da paisagem constituída no percurso humano pertencem ao patrimônio íntimo das pessoas que usufruem do espaço sob intervenção, no caso de desmonte de prédios e ruas. Neste sentido, Mello (2003, p.65-66), constrói um entendimento em consonância com o que afirma Tuan (2005). Desta forma, este último autor traz a seguinte situação como ilustração da realidade (TUAN, 2005, p.200):

Quando a chuva passa, a ciclista continua a sua viagem até a cidade, onde um amigo atônito lhe diz que não existe tal cabana nesse trecho do caminho; existem apenas as ruínas de uma vivenda abandonada há cinquenta anos. Esse tipo de história sugere que as pessoas relutam em admitir que as casas e outros objetos profundamente humanos possam, assim como os mortais que os fizeram, desaparecer para sempre do cenário.

De acordo com Mello (2003) a noção de pertencimento não se limita a apenas um indivíduo. Ela se estende solidariamente a toda a coletividade. Um lugar, uma vez ocupado/usufruído no cotidiano das coletividades, dito espaços público (em alguns casos), tornam-se lugar de todos, em que afirma (MELLO, 2003, p.65):

Esta questão de posse, defesa e significado remonta à noção fenomenológica do mundo vivido contemplando indissociavelmente os pertences privado ou públicos, parentes, amigos, conhecidos, eventos, ações e a base territorial intrinsecamente imbricados, introjetado nos indivíduos e grupos sociais. Em outras palavras consoante a alma dos lugares.

Costa (1993), também traz importante contribuição na compreensão do lugar como símbolo. Neste entendimento, permite compreender que os lugares assumem uma condição de valor subjetivo invocado e experimentado na dimensão da memória.

Compõem-se de elementos construídos que se unem a uma concepção de indivíduos, que a estes objetos atribuem uma importância íntima.

Há um conjunto de impressões que o meio imprime no indivíduo ou em determinada coletividade que perpassa toda a percepção e atitude humana em relação ao lugar e assume dimensões para além do sentido material. A memória se encarrega de elaborar e conservar estes sentidos e valores imateriais de coisas e objetos que se tornaram ícones da base territorial usufruída (COSTA, 1993). Por essa razão é complexo (ainda que passível de ser realizado) constituir valor a um objeto ou elemento material da paisagem, seja ele público ou de uso privado. A memória atribui e conserva, portanto, uma carga de herança mental – de sentido cognitivo, para além do objeto tal como se poderia visualizar descuidadamente, auxiliando na formação da identidade e inter-relação entre sujeito e paisagem (GOMES apud COSTA, 1993, p.152). Neste sentido, em continuação às suas reflexões, esclarece o autor (COSTA, 1993, p.53):

[...] aqui representadas não por ser uma paisagem relíquia, mas por conter a recordação, os odores, a saudade e que se cristaliza num imaginário que vai além da aparência da paisagem.

Portanto, torna-se necessário reconhecer que a paisagem é muito mais do que aquilo que nossos olhos percebem. Ela compreende um conjunto de atribuições elaboradas pelos sujeitos. Neste ponto, nota-se no caso em estudo, sobre Itá - no contexto da UHE-Itá, que, casas, edificações públicas e religiosas, bem como ruas e seus traçados possuíam uma forte relação com a existência dos itaenses, e seu modo de vida espaço-temporal, fazendo parte dos sentidos de pertencimento de cada indivíduo. Portanto, não se pode compreender como um fato comum, a completa remoção de uma coletividade, e o desaparecimento de tudo que, em momento anterior, era visto como símbolo de uma vitória (trunfo coletivo) sobre as dificuldades históricas que os primeiros moradores precisaram enfrentar para se estabelecerem no lugar e elaborar seu modo de vida e manejo dos recursos existentes.

Além do mais, desnaturalizar como esse processo se iniciou e foi concluído, torna-se um desafio a ser perseguido na presente reflexão. Entretanto, dada a complexidade do contexto em estudo, torna-se conveniente ampliar a análise, pela

inclusão de outros atores, grandes protagonistas, a partir dos quais, implementa-se sonhos, ilusões e desilusões no imaginário individual e coletivo da população de Itá. Deste modo, segue-se a identificação destes agentes com particular destaque para os papéis exercidos no contexto da UHE-Itá.

2.3 ITÁ – SOBRE OS AGENTES PÚBLICOS/PRIVADOS PRÓ-VIABILIZAÇÃO DO PROJETO UHE-ITÁ: AS CONTESTAÇÕES PELOS AGENTES SOCIAIS DO PROCESSO

Para que a Usina Hidrelétrica de Itá pudesse ser viabilizada, diversos instrumentos e aparatos governamentais (em diversos níveis) foram criados. O que havia em comum nesta operacionalização era o grau de integração e hierarquização entre tais agentes. Nisto, assuntos e demandas possuíam órgãos específicos para responder pelos mesmos.

Tais fatos apontam para concepções de Santos (2006) sobre o Espaço, em que, se utilizando desta categoria geográfica compreende que o espaço pode ser entendido como resultado de um sistema de ações e um sistema de objetos. Neste caso, a constituição ou a condição/situação do Espaço geográfico, representa o resultado dessa interação, entre coisas e intenções humanas.

Deste modo, e em convergência com o pensamento do autor (SANTOS, 2006), pode-se conceber que o Espaço geográfico, enquanto lugar de vivência do cotidiano e pertencimento no caso de Itá, representou inicialmente interação de seus moradores históricos com seu meio. Entretanto, com o ingresso de outras forças a disputar a posse/uso do lugar, tem-se uma nova articulação espacial que pode não mais representar a condição histórica daquela cidade, bem como não representar totalmente a vontade dos agentes que projetaram sua força e poder sobre o lugar através dos diversos mecanismos/sistemas de ações e objetos resultantes. Em particular, esta força e este poder vêm pelo domínio de novas técnicas, que podem originar novas situações locais, numa convergência do que chamou Santos de "novo padrão espacial",

representado pela junção dos aspectos morfológicos ao aspectos funcionais (SANTOS, 2006, p.62).

Tem-se ainda o que adverte o autor (SANTOS, 2006, p. 60): "[...] porém, de que os resultados da ação humana não dependem unicamente da racionalidade da decisão e da execução. Há, sempre, uma quota de imponderabilidade no resultado, devida, por um lado, à natureza humana e, por outro lado, ao caráter humano do meio."

Inicialmente, nas primeiras ações de apropriação do espaço local, utilizaram-se das estruturas tradicionais constituídas na localidade de Itá. Cita-se, como exemplo, o que relata Dirce Dininski, quanto à ocorrência de reuniões que eram realizadas nas dependências do Lions Clube. Peixer (1993, p.104), também faz citação ao Lions Clube, em que, esta entidade teve um de seus membros como representante em Comissão local que fazia diálogo com a ELETROSUL, em defesa dos interesse dos moradores de Itá.

O Lions Clube representa, neste contexto, uma associação de interesses que reunia as pessoas, que se compreende, eram as mais atuantes no município – em sua sede urbana. Assim como o próprio salão da Igreja local era utilizado, apesar de ser este um lugar que, mais tarde, tornou-se símbolo da luta de resistência no caso da CRAB – Comissão Regional dos Atingidos Por Barragens.

Em se tratando da atuação da Igreja Católica em defesa dos atingidos, em trabalho de campo, a fotografia das ditas Torres da Igreja, que se realizou, destaca o Santo Padroeiro São Pedro Apóstolo. Tal fato – a posição do Santo, bem como as próprias ruínas da Igreja, compreende um conjunto de anti-símbolos, visto que representam fragmentos de um espaço inexistente, em que se constituem “[...] formas sem função” (MELLO, 2003, p.66). Tal fato, representa uma metáfora que o Santo que naquele contexto temporal estava de frente para a cidade antiga, atualmente está de costas para quem se aproxima por terra, do que restou do Monumento (Figura 10). De outro modo, o antigo lugar do sagrado, parece agora abençoar um outro espaço (o lago) ou quem faz passeio aquático no que resultou do represamento das águas do Rio Uruguai.

Figura 10 - Fotografia das Torres da Igreja da Antiga Itá, em 2018.



Fonte: Joel Pereira

Em outro momento, as associações dos próprios moradores eram mobilizadas pelos representantes da ELETROSUL, para reunir os moradores e passar informações de interesse geral, visto que informações pontuais ou de interesse particular dos indivíduos eram oferecidas de forma pessoal. Concorde-se que esse seria o modo mais prático de atender as demandas específicas, além de evitar o efeito colateral de despertar antagonismos alheios ao assunto pontual, por parte de outros moradores e servir como prática de administrar temas potencialmente conflitantes.

Cita-se a Rádio Aratiba (conforme entrevistado abaixo), que transmitia sua programação para toda a região. Cooptada como instrumento noticioso a favor do empreendimento, prestou serviço de informações gerais ditas de interesse público aos moradores de Itá. Isto pode ser constatado na fala de um morador de Aratiba à época,

Luciano Cardoso de Aguiar, profissional autônomo, em que relata as dificuldades de comunicação daquele período. De como bilhetes de notícias para serem divulgadas na rádio, eram levados pelo ônibus intermunicipal – Aratiba-RS/Itá-SC, em que narra:

“[...] aquela vez lá era só por carta, pois...tinha a Rádio Aratiba, que você mandava, tipo assim, tinha vinte vizinhos na comunidade só um tinha telefone. Dai eu ligava lá, pra comunidade lá, ou tipo assim, de manhã o ônibus passava pra leva o pessoal, mandava cartinha lá pra, ou precisava se entrar lá na barragem pra dar notícias na...na rádio”.

Registra-se a participação no processo, de diversos órgãos, tais como o GORI – Grupo Operacional para Relocação de Itá, que atuava juntamente com uma comissão local, articulada pela Prefeitura de Itá (PEIXER, 1993, p.44; PALMA, 2013); outro órgão era o DPI (ou seja, DPM, atualmente) – Departamento de Patrimônio Imobiliário (ELETROSUL), segundo o entrevistado Jean Batista D' Alascio, este órgão era responsável pela convocação individual de cada morador, no momento de apresentar as plantas baixas, a oportunidade da escolha do terreno e dar outras providências. Como aparece na fala deste mesmo entrevistado:

“[...] e isso não era feito de forma grupal, era feito de forma individual, caso a caso. Eles diziam, agora chegou, eles te avisavam, vinha alguém, do Departamento de Patrimônio Imobiliário, é, DPI, da ELETROSUL”.

Para compreender melhor este processo, a autora Bem (2009), chama pela sigla de DPM – Departamento de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente, como órgão da área de gestão da ELETROSUL. A autora compreende as atribuições deste Departamento, no que afirma:

A área em estudo, Departamento de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPM), é um dos quatorze departamentos que compõe a empresa. É responsável pela gestão das áreas por onde passam as linhas de transmissão e onde são construídos subestações e empreendimentos de geração de energia elétrica. Essa responsabilidade estende-se desde as indenizações por servidão até a aquisição dos empreendimentos, legalizando e licenciando social e ambientalmente esses empreendimentos, aumentando os pontos de distribuição e de geração de energia elétrica (BEM, 2009, p.18).

Nessa linha de análise, sobre as alterações nas relações sócio-culturais, no caso de Itá, constata-se que estão fortemente relacionadas com a intervenção da construção da barragem. Indo além dessa constatação, pode-se apontar a ausência de uma avaliação melhor em relação às coletividades e suas relações com o lugar. Do descuido ou desconsideração de agentes públicos e privados – que se articularam em prol da exploração das fontes hidroenergéticas geograficamente localizadas na região de abrangência do modo de vida constituído em dado lugar. Constituído por comunidades fortemente ligadas às atividades dos primeiros períodos de colonização/ocupação do Oeste de Santa Catarina (PELUSO, 1970, p.73), no caso concreto de Itá.

Como já se reconheceu neste trabalho, a vivência do cotidiano tinha como característica principal a reprodução da forma de colonização alemã e italiana no Oeste de Santa Catarina. Em que se reconheça, como já mencionado em entrevista de moradores descritas neste trabalho, sobre as atividades desenvolvidas na localidade de Itá à época, tais como a pequena agricultura familiar – com a comercialização de alguns itens ou excedentes, a pequena criação de suínos, aves e bovinos, bem como o comércio de mercadorias necessárias para a continuidade das atividades locais.

Por fim, a análise que se empreende nesse capítulo, não estaria completa, se não considerasse a mobilização que ocorreu com a participação do MAB – Movimento dos Atingidos Por Barragens. Registre-se, antes de qualquer tentativa de entender o papel que o MAB exerceu no processo em estudo, o fato que – por amplas oportunidades que houve, pelas questões elaboradas para as entrevistas com alcance indireto sobre este fato, não aparece a citação deste agente de iniciativa popular, em relatos dos entrevistados. Mesmo sua congênere local – a CRAB- Comissão Regional dos Atingidos por Barragens, deixa de ser citada, como que num aparente esquecimento involuntário, em parte, representado pelo que ficou configurado: o fato de que o discurso de novos tempos para Itá foi assumido por parcela da população (PEIXER, 1993). A CRAB compreende-se como um dos movimentos embrionários da própria existência e ampliação de abrangência do MAB.

Nisto, a partir deste ponto de observação, se procura identificar como o MAB, se insere mais consistentemente no contexto das lutas contra os modelos de expropriação

historicamente praticados no Brasil, sobretudo, sob a lógica da matriz energética baseada em hidrelétricas.

De acordo com Espíndola (2009), a população atingida pela UHE-Itá, era composta por colonos, caboclos, além de indígenas, Espíndola (2009, p.121), considera o fato de que, historicamente, a concepção de atingidos abrangia apenas possuidores e proprietários, passíveis de ações compensatórias e indenizatórias, em casos de desapropriações semelhantes.

De certa forma, principiou um dilema a mais na cidade de Itá, no que se refere ao reconhecimento (ou não) de atingidos pela barragem de Itá. Pessoas que não se enquadravam no conceito de atingidos nos termos apontados por Espíndola (2009), não estavam, em princípio, na lista dos que seriam indenizados ou realocados. Não estavam em conformidade com o que estava previsto nos planos de compensação. Neste contexto, cita-se a criação da CRAB. Em que, em se tratando da região do Alto Uruguai, e em particular no caso de Itá, teve grande protagonismo, atuando em favor das comunidades atingidas pelo empreendimento num contexto mais amplo, para além da questão conceitual sobre ser ou não classificado como atingido.

De acordo com o que se pode compreender, em Espíndola (2009, p.122), a CRAB participa da criação/surgimento de uma organização maior, o MAB- Movimento dos Atingidos por Barragens, que assume, então, caráter nacional na luta pelos direitos de coletividades prejudicadas pelos grandes empreendimentos hidrelétricos no país. No caso de Itá, em que se constatou anteriormente em outros empreendimentos congêneres, luta-se contra atos arbitrários e impositórios, contraditórios aos interesses das grandes massas de populações prejudicadas. Neste cenário, foi de grande contribuição a atuação da CRAB.

Os moradores das áreas rurais de Itá, foram os que mais ofereceram resistência à construção do empreendimento. Sendo assim, a CRAB torna-se a voz dessas comunidades atingidas, já que a maioria das pessoas que moravam na sede urbana do município de Itá absorveu, em parte, o discurso improvisado (pela urgência do processo) ideologicamente pelos agentes hegemônicos - assumindo-se como beneficiários do empreendimento (PEIXER, 1993). Fica notório que setores expressivos da comunidade de Itá estavam dispostos, em princípio, a pagar o preço pelo novo

espaço prometido, mais moderno, que iria impulsionar outras formas de atividades econômicas na cidade de Itá.

Como exemplo, cita-se o lago, formado a partir do represamento das águas, no que alterou a dinâmica hidrológica do rio. Neste instante do andamento das obras, conforme já estava previsto, a pesca sofreria restrições. Este fato permite compreender que, como aparente compensação, oferecia-se pela perda do pleno acesso a uma parte importante do Rio Uruguai à população, passeios aquáticos e outras práticas, que nesta linha de observação, percebe-se, destoavam com as atividades predominantes de então, e seu contexto sociocultural, prevendo-se, portanto, uma nova cidade, de aspecto turístico, uma inversão de uso do lugar como entendido em TUAN (2005).

É neste contexto que a CRAB, se insurge ao processo, em atos que, em muitos aspectos tornaram-se de caráter antagônico, pela óptica dos ditos progressistas. Através de contestações, de manifestações, diversos instrumentos de luta foram sendo implementados a revelar dos interesses público/privados representados pelos diversos órgãos instituídos para dar coesão e legitimidade ao processo de subordinação em marcha. Desta forma, Espíndola (2009, p.123), nos auxilia a compreender o processo pelo qual as ações legítimas de uma coletividade tornam-se casos de polícia. Em que as lideranças que articulam tais movimentos passam a sofrer ações de criminalização, o que se pode concluir ser meio/instrumento ideológico com vistas a desarticular a atividade político-social de uma entidade cujos fins eram defender as causas dos que estavam sendo desconsiderados no processo.

Em consonância com tais constatações, o que esteve em jogo naquele momento histórico foi a integridade de milhares de pessoas que estavam por ser impactadas pela proposta da implantação de 25 Usinas Hidrelétricas no vale do Rio Uruguai, em que Itá, era considerada a primeira delas. Segundo Rothman (2008, p.66), o projeto que ficou conhecido como "Projeto Uruguai", criou um amplo campo de conflito, pelo impacto que estava previsto.

Cita-se intensa articulação da CRAB em diversas esferas de poder e por diversas medidas de modo a contrapor-se à forma como os planejamentos iniciais foram elaborados sem consideração pelos moradores a serem atingidos (ROTHMAN, 2008, p.68), nos casos de instalações de UHEs na Bacia do Alto Uruguai. Ações de

mobilização de massas, em que poderia atribuir forte simbolismo, foram levadas a efeito com a participação conjunta tanto da CRAB quanto da CPT - Comissão Pastoral da Terra, da Igreja Católica Apostólica Romana. Dentre tais ações relaciona-se: passeatas intituladas "a caminhada", o "povo oprimido" e a "libertação", além de marcos colocados pelos engenheiros da ELETROSUL, trocados por cruzes (ROTHMAN, 2008, p.70). Nota-se o que Rothman (2008), procura compreender como implicações deste fenômeno (de simbolismos), em que conclui:

A politização da problemática das barragens através da mediação de agentes religiosos manifestou-se, por outro lado, na apropriação e ressemantização de símbolos cristãos, como é o caso da utilização de cruzes para substituir os marcos colocados pela Eletrosul para definir as áreas a serem alagadas, retirados através de rituais realizados em diferentes localidades da Bacia do Uruguai, ou ainda no logotipo do próprio Movimento, sendo sistematizada também em cânticos entoados nas celebrações religiosas (ROTHMAN, 2008, p.70).

Portanto, compreende-se em Rothman (2008), que as formas de atuação da CRAB possuíam forte sentido discursivo e de cultura religiosa como ecos da CPT. Aos poucos esses elementos tornam-se como mantra, com poder de criar laços de envolvimento, de internalização e de mobilização de indivíduos e coletividades.

A CRAB (PEIXER, 1993, p.110 e 111), bem como o próprio MAB – se inscrevem neste contexto de resistência à expropriações coletivas, ou, pela mitigação dos danos eventualmente causados a estas comunidades atingidas por barragens hidrelétricas, em especial.

A CRAB, em sua luta, contribuiu para que, pessoas moradoras de Itá, não conceituadas inicialmente como detentores de direitos, e mesmo no caso de agricultores - não fossem prejudicados de tal forma irreversivelmente. Ou que viessem a perder o direito de um lugar para continuarem seu modo de vida – já em novos locais, inseridos em regiões diferentes, partindo para novos desafios impostos à sua existência, como resultado do empreendimento hidrelétrico UHE-Itá.

Procurando firmar entendimento quanto a relação entre a CRAB e o MAB, aponta-se que a primeira foi uma das iniciativas populares pioneiras no contexto

brasileiro dos anos de 1970 (ROCHA; NUNES, 2017). A CRAB participa da constituição do MAB como um movimento em escala mais abrangente.

Para além de atuações na região do Oeste Catarinense, o MAB absorve outras temáticas relacionadas ao meio ambiente. Isto é que destacam os autores anteriormente citados (ROCHA; NUNES, 2017, p.260), em que fazem a seguinte afirmação:

[...] os desafios atuais do MAB perpassam a realidade dos colonos reassentados ou dos colonos situados em áreas com futuros projetos hidrelétricos. O setor energético brasileiro, que está sob o controle de empresas nacionais e internacionais, o alto valor pago pela energia elétrica pelos consumidores urbanos e rurais, bem como o processo de privatizações dos recursos naturais brasileiros, como é o caso da companhia vale do Rio Doce, são elementos que estão na pauta como temas atuais e direcionam a atuação do MAB, a qual que busca promover um debate e a mobilização de diferentes setores da sociedade brasileira.

Deste modo, torna-se fundamental reconhecer o papel e importância das articulações sociais em defesa do espaço comum. De fato, fica-se a mercê da própria sorte (diga-se, dos agentes hegemônicos) quanto aos destinos de coletividades sob pressões potencialmente geradoras de instabilidade social, incertezas e medo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta breve reflexão, se procurou trazer esclarecimentos sobre a implantação e operação da UHE-Itá, privilegiando como base conceitual a Geografia Cultural, utilizando-se de elementos tais como paisagem; memória; alterações sócio-espaciais; representações e pertencimento.

Pode-se analisar como em diferentes contextos, o que parecia ser improvável ou em outros tempos impensado, tornou-se concreto. Como contestações e protestos implícitos ou explícitos foram revertidos em sensação de ganho e modernidade. Em que pese tais contradições, passados vários anos, ainda ecoam nas concepções dos moradores de Itá, como um processo doloroso que poderia ter sido conduzido de forma diferente.

Nisto se notou que o medo e as incertezas estiveram presentes durante todo o período de implementação deste grande empreendimento hidrelétrico, em Itá: seja nas falências de atividades econômicas empresariais e autônomas; na incompreensão de projetos arquitetônicos e nas suas formas que não representavam os mesmos valores; nas distâncias a serem percorridas numa espacialidade geográfica com características alongadas. A ansiedade se fez sentir na ausência do vizinho que foi embora, ou passou a morar mais longe. As incertezas se manifestaram nas negociações sobre realocação ou compensação, e ainda, anterior a isso, nas constantes paralisações das obras resultante na demora de sua conclusão (PEIXER, 1993, p.82). Acrescenta-se a estes fatores, a chegada dos trabalhadores e sua presença nos espaços públicos, a constituição de casas de exploração sexual de mulheres-objeto. Tudo isto foi percebido como situação/paisagem de medos, estimulando ansiedades e incertezas que afloraram na análise mais acurada de todo o contexto, análise que procurou limitar-se ao tema central desta Monografia.

No arrolamento dos fatos, não necessariamente em ordem cronológica, pode-se citar: a incursão do poder discursivo representando as articulações de interesses público/privados colocados em alguma dimensão acima do interesse dos moradores locais; o longo e sofrido processo de transformação a que os moradores de Itá tiveram que se submeter; a convivência por longo período com o medo e as incertezas

econômico-sociais e culturais, em Itá à época em estudo; e ainda, a forma como o conceito de propriedade privada não constitui conceito fixo no atual momento do capitalismo transnacional. Entretanto, tal discussão (sobre o direito a propriedade privada) desviaria de propósito a presente reflexão, se fosse examinado todo o contexto histórico nacional a esse respeito. Entretanto, a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 2009, p.10) em seus artigos XII e XVII, reconhece tal direito - reflexo da organização do mundo capitalista. Tal flexibilidade da interpretação/aplicação do direito em questão (a propriedade privada), ficou notória no ato/forma de remoção/relocação dos moradores da Antiga Itá.

No final desse processo de transformação por que passou a cidade de Itá, surge uma nova Itá. Uma cidade, em parte, associada a um outro contexto político econômico brasileiro. Entretanto, não escapa a esta análise em que o contato com a natureza local, neste novo instante está posto como uma oportunidade “mais recreacional do que vocacional” (TUAN, 1980, p.110). A Itá interiorana cede lugar a uma proposta de uma Itá turística, conservando em si, ainda alguma ligação com a atividade agrícola passada, através da presença de atividades atinentes a necessidades das agroindústrias que também se fazem presentes nesta cidade, em termos de interesses econômicos.

Como foi fato que a cidade de Itá, por processo forçado, temporariamente (e em algum aspecto, permanente), perde parte de suas características socioculturais em nome do progresso pretendido. Isto também representa as contradições político-ideológicas do modo de vida no capitalismo: em um momento se requer o progresso, em outro se confronta com a perda, enquanto integralidade e dos direitos constituídos.

Todas estas constatações se firmam como fato concreto pelo que se tornou possível compreender pelas contribuições de diversos autores, bem como das diversas fontes de pesquisa e análise. Tais observações se fizeram presentes a partir das diversas entrevistas e levantamento de dados, ocorridos ao longo da elaboração deste trabalho, e nos dois momentos distintos em que se conduziram visitas técnicas à cidade de Itá. Neste último caso, a finalidade precípua foi a realização das entrevistas de antigos moradores da referida cidade e realização de imagens pertinentes ao interesse

do presente estudo. Tais ações corroboram para o presente entendimento dos fatos analisados.

Neste trabalho, houve profunda dedicação em compreender a dimensão cultural do modo de vida da comunidade itaense sob ameaça iminente. Recuperar elementos teórico-conceituais aplicados ao caso em estudo, colocou-se como tarefa/busca permanente. Com base nestas premissas, o que foi exposto até aqui pode ser concebido como compreensão estendida geograficamente e temporalmente sobre o caso de Itá, a partir dos diversos autores examinados. Com isto, procurou-se lograr êxito em aplicar ao caso concreto e específico da cidade de Itá, os diversos contextos analisados pelos autores que aparecem citados nesta Monografia.

Finalmente, manifesta-se o propósito de que, a presente Monografia - em parte, ou em sua integralidade, desperte interesses por pesquisas mais aprofundadas, de modo a equacionar possíveis lacunas que tenham permanecido para melhor discernimento de questões mais complexas. Em razão de tempo e espaço - limitadores significativos desta reflexão, se pretende deixar esta contribuição acadêmica para outros estudos futuros, que logrem êxito na análise de questões que aqui eventualmente não foram contempladas.

Este tema permanece, portanto, em aberto, para que análises de outras dimensões da realidade experimentada pelos itaenses continuem a ser estudadas, para o bem do conhecimento acadêmico e para o progresso dos estudos geográficos regionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEM, Roberta Moraes de. **Uma proposta de gestão da informação para a área de patrimônio imobiliário e meio ambiente de uma empresa do setor elétrico, a partir da utilização da metodologia commokads**. 2009. 18 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis, 2009. Disponível em: < <http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2010/06/Roberta-Moraes-de-Bem.pdf>>. Acesso em 06 de mai. 2018.

BRASIL. Resolução do CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Publicada no DOU, de 17 de fevereiro de 1986, Seção 1, páginas 2548-2549. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA_RES_CONS_1986_001.pdf>. Acesso em 14 mar. 2018.

CLAVAL, Paul. **Geografia Cultural**. 3ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
CLAVAL, Paul. Paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 13-74.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre a Geografia Cultural. **Instituto Histórico e Geográfico do Rio grande do Sul**. Disponível em:<<http://ihgrgs.org.br/artigos/contibucioes/Roberto%20Lobato%20Corr%C3%AAa%20-%20Sobre%20a%20Geografia%20Cultural.pdf>>. Acesso em 14 jan. 2018.

COSTA, Otávio. Memórias e paisagem: em busca do simbólico dos lugares. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, EDIÇÃO COMEMORATIVA, p. 149-156, 1993-2008. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/7731/5586>>. Acesso em 15 mai. 2018.

DELUMEAU, Jean. **Histórias do medo no ocidente 1300-1800**: Uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Disponível em: <<http://www.companhiadasletras.com.br/trechos/80113.pdf>>. Acesso em 06 abr. 2017.

ELETROSUL/CNEC. **Usina hidrelétrica Itá: Estudo de Impacto Ambiental** (v. 1). Florianópolis, maio 1999. Disponível em: <<http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Ita/>>. Acesso em 25 mar. 2018.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. 1ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. **As transterritorializações na bacia do Rio Uruguai e o alagamento sistemático de coletividades**. 2009. 305 f. Tese (Doutorado em Geografia), Desenvolvimento Regional e Urbano – Universidade Federal de Santa

Catarina, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PGCN0382-T.pdf>>. Acesso em 08 abr. 2017.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. 2. ed. Itajaí: Univale; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

FRITZEN, Maycon. Macrossistema elétrico e o desenvolvimento das forças produtivas no Oeste Catarinense. **Boletim Campeiro de Geografia**, [S.l.] , v. 6, n. 1, p. 119-140, 2016.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL LTDA, 2010. 8. ed. 366 p.

KÖLLN, A. D. ; SILVA, M. Grupos de poder e a implantação da usina hidrelétrica de Itá-SC. In: Encontro nacional de geógrafos, 16., 2010, Porto Alegre. **XVI Encontro nacional de geógrafos: Crise, Práxis e Autonomia: Espaços de resistência e de Esperanças**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

LENHARDT, Wagner. Um lago de tristezas: projeto aponta vulnerabilidades no acesso à saúde das populações atingidas por barragens. **Semear - Revista de Extensão e Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul**. ASCOM, Campus Erechim. p. 28-32, nov. 2017.

MELLO, João Baptista Ferreira de. Símbolo dos lugares, dos espaços e dos "deslugares". **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 64-72, jun./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/7766/5614>>. Acesso em 25 mai. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**. Disponível em:< <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>> . Acesso em 15 set. 2017.

PALMA, Niara Clara; DAL'LAGO Hendges, Graziela. Projeto urbano e novas territorialidades: o caso de Itá, Santa Catarina, Brasil. A: **Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo**. "V Seminario Internacional de Investigación em Urbanismo, Barcelona-Buenos Aires, junio 2013". Barcelona: DUOT, 2013, p. 823-840. Disponível em:< <https://upcommons.upc.edu/handle/2099/14491>> . Acesso em 15 jun. 2018.

PEIXER, Zilma Isabel. **Utopias de progresso: ações e dilemas na localidade de Itá frente a uma hidroelétrica**.1993. 166 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 1993. Disponível em: <<http://tede.ufsc.br/teses/PSOP0040-D.pdf>>. Acesso em 17 abr. 2017.

PELUSO JR, Victor Antônio. Aspectos da população e da imigração no estado de Santa Catarina. In: **Fundamento da Cultura Catarinense**. Rio de Janeiro: Laudes, 1970. p. 51-75.

RIOS, FÁBIO; “Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo”. In: **Revista Intratextos**, 2013, vol 5, no1, p. 1-22. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2013.7102>

ROCHA, H. J.; NUNES, L. A. F. C. . Breve panorama histórico do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na Bacia do Rio Uruguai e o conflito da futura Usina Hidrelétrica em Itapiranga (SC). **REVISTA GRIFOS**, v. 26, p. 251-266, 2017.

ROSENDAHL, Zeny. Espaço, cultura e religião: dimensões de análise. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.187-224.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 4. ed. p. 57-66.

SCHERER-WARREN & REIS. Do Local ao Global: A trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e sua articulação em redes. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas Alagadas** – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008, p. 64-82.

SOUZA, Fabíola Bernardes de. **Uma infraestrutura verde para áreas em urbanização junto a reservatórios**: O caso de Itá (SC). 2009. 228 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: UNESP, 2005. 374 p.

_____. **Topofilia**. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980. 288 p. Disponível em:< <http://www.e-livros.xyz/livros-diversos/Tuan,%20Yi-fu%20Topofilia.pdf> >. Acesso em 23 dez. 2017.

WAGNER, Daniela Feyh. **Entendendo a reestruturação da cidade: o caso de Itá**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Geografia – Licenciatura. Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2018.

Matérias de Jornais:

Amin diz hoje se é contra as barragens. **Diário da Manhã**, Chapecó, p. 1, 21 nov. 1984.

Comissão conta com Amin para evitar dilúvio no Alto Uruguai. **Diário da Manhã**, Chapecó, p. 1, 20-21 out. 1984.

Governador é contra. **Diário da Manhã**, Chapecó, p. 6, 22 nov. 1984.

Sites:

BRASIL. **MMA**. Disponível em: <

<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em 18 out. 2017.

BRASIL. **PLANALTO**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em 17 out. 2017.

CEEE. Disponível em:

<<http://www.ceee.com.br/pportal/ceee/Component/Controller.aspx?CC=12430>>. Acesso em 01 set. 2018.

IBGE, disponível em:<

<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD91>>. Acesso em 28 jun. 2018.